



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**MARIA LUÍZA DA SOUZA SCHREINER PEREIRA**

**(Des)colonialidade e despatriarcalização do Estado: perspectivas de um  
feminismo não-hegemônico e latino-americano**

**FLORIANÓPOLIS**

**2014**

**MARIA LUÍZA DE SOUZA SCHREINER PEREIRA**

**(Des)colonialidade e despatriarcalização do Estado: perspectivas de um feminismo não-hegemônico e latino-americano**

Trabalho de conclusão de curso de graduação, realizado em cumprimento de parte dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Thaís Luzia Colaço

Coorientadora: MA. Juliana Mattos dos Santos

FLORIANÓPOLIS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**(Des)colonialidade e despatriarcalização do Estado: perspectivas de um feminismo não-hegemônico e latino-americano**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Maria Luiza de Souza Schreiner Pereira**, defendido em 03/12/2014 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,5 (nove e meio), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNT, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

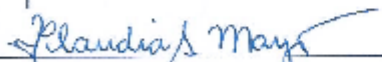
Florianópolis, 3 de Dezembro de 2014



**Thais Luzia Colaco**  
Professor(a) Orientador(a)



**Juliana Mattos dos Santos**  
Coorientador(a)



**Claudia Santos Mayer**  
Membro de Banca



**Fernando da Silva Mattos**  
Membro de Banca

Ao meu amor, Juliana.

São tantos e tantas a quem não poderia deixar de agradecer que receio que a memória me pregue peças.

Impossível não ser grata à minha orientadora, pela orientação atenciosa e assistência indispensável, bem como à essa Universidade que, pública e periférica, ainda faz jus à tarefa de produzir algum pensamento contra-hegemônico e crítico, principalmente dentro dos estudos de gênero, em que é referência internacional. Também não poderia deixar de agradecer a cada um e cada uma dos membros da minha banca.

É preciso que eu agradeça igualmente à minha mãe, que desde meus cinco anos enfrentou a tarefa de criar-me inteiramente sozinha. Minha mãe, que não se identifica como feminista, ensinou-me lições práticas indeléveis a respeito do feminismo e da vida: a resiliência, a coragem, a ética e a irresignação. Os relatos sobre sua origem humilde me deram sempre a exata noção da estreiteza e da relatividade dos valores e do modo de vida (burgueses) que de outro modo eu julgaria universais: com ela, felizmente, aprendi desde cedo que essa sociedade é cindida em classes e que a justiça depende exatamente da capacidade de colocarmo-nos a favor daqueles que são diariamente explorados e oprimidos.

Também não posso deixar de agradecer a cada uma de minhas amigas. O vínculo que nos une resiste à patriarcalidade, que trata de separar-nos umas das outras, para que nos vejamos socialmente mediadas sempre por homens. Amar outra mulher, em nossa sociedade, é, em si mesmo, contra-hegemônico. A sororidade, que nos une, é um sentimento de admiração, carinho, companheirismo e luta compartilhada. A sororidade é um sentimento cuja invenção nos cabe, todos os dias, já que jamais fomos ensinadas ou estimuladas a amar e admirar outras mulheres. E nós o inventamos da melhor maneira possível. A cada sorriso, a cada reunião, a cada jantar, a cada gole de cerveja ou vinho, a cada escuta, a cada confissão, a cada medo compartilhado, a cada enfrentamento, a cada vez que tivemos umas às outras. Mesmo que tenham nos ensinado a nunca confiar em mulheres, mesmo que tenham nos treinado para competir pela aprovação masculina, mesmo que tenhamos aprendido a apenas admirar homens, nas aulas de História, nas Artes, no mundo, mesmo assim algo sobreviveu a todas as injunções patriarcais: amor, sororidade, companheirismo; algo pelo que preciso agradecer-lhes.

À Helena, muito obrigada pela primeira lição abertamente feminista que recebi em toda a minha vida: “não duvide tanto de si mesma, porque um homem quando tem dúvidas, diz que tem certeza, e uma mulher com certeza, diz que tem dúvidas”. Ao fazê-lo você me ensinou a acreditar mais em mim mesma. À Marina Caume, a minha admiração e gratidão são irrestritas, pois mesmo isso não será suficiente para retribuir o amparo, a confiança e o carinho que sempre pude buscar em você. À Olga, porque a delicadeza de seu temperamento e a tenacidade de seus valores são igualmente ímpares, obrigada por fazer parte de minha vida - desde quando dançávamos balé juntas na pré-escola. À Ana Buzzi, porque trabalhar ao seu lado foi um prazer imenso, não só pelo companheirismo, pelas risadas, pelo alívio em poder contornar os dilemas morais na advocacia ao lado de alguém com quem divido diversos valores, mas pela oportunidade de tornarmo-nos amigas. Encontrei em você uma amiga corajosa e extremamente justa. À Marina Liz, minha mais nova companheira petista, com quem sempre pude compartilhar minhas angústias e frustrações em relação à própria esquerda. À Maria Anacleto, cujo espírito a um tempo leve e resiliente é-me constantemente fonte de inspiração. À Milena, a quem tenho como uma irmã pequena, mas que a todo tempo me surpreende com sua maturidade, tenacidade e assertividade. À cada uma das minhas companheiras de grupo de estudos, verdadeiras amigas: Graziela e Liana Pauluka, Fernanda Donadel, Ana Paula Galvan, Anamaria Custódio, Vitória Buzzi, Luiza Portella, Bruna Peruch, Amanda Melotto e todas as demais.

Agradeço igualmente ao Rodrigo Sartoti e Guilherme Andrade, cuja capacidade de questionar os privilégios da masculinidade os torna gentis, doces, amáveis, sensíveis e confiáveis, características tão ausentes quanto necessárias no corrente modelo de masculinidade.

Finalmente, agradeço especialmente à minha namorada e coorientadora, Juliana, a quem dispenso meu amor, minha admiração e meu agradecimento. Como o receio de ser piegas é bem menor do que a gratidão que nutro, não posso deixar de agradecer e dirigir a ela umas poucas palavras, na tentativa de sintetizar o companheirismo, a paixão, a admiração, o respeito e o amor que cultivei ao longo desses dois anos de namoro. Esse trabalho não teria sido possível sem o seu alento, a sua ajuda e a sua compreensão. Muito obrigada pela delicadeza de seu cuidado, pela segurança de seu afeto e pela tenacidade de seu amor.

O presente trabalho pretende discutir possíveis meios de despatriarcalizar o Estado, uma vez que entende que o aparato estatal funciona reproduzindo e reforçando a hegemonia masculina. Para tanto, ao longo do primeiro capítulo, buscamos compreender qual a relação da colonialidade e da patriarcalidade estatal e como há uma dupla ausência desse debate: a questão de gênero – enquanto ausente em muitas análises do pensamento descolonial e a colonialidade enquanto ausente do feminismo hegemônico. Já o segundo capítulo pretende avançar em duas propostas concretas de despatriarcalização estatal: a descriminalização do aborto e a correção da sistemática sub-representação política das mulheres, através de uma reforma política.

DESCOLONIDADE – DESPATRIARCALIZAÇÃO – ESTADO - FEMINISMO  
DESCOLONIAL – DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO – SUB-REPRESENTAÇÃO  
POLÍTICA – IGUALDADE DE GÊNERO

Este trabajo intenta discutir posibles medios de despatriarcalizar el Estado, por entender que el aparato estatal reproduce a hegemonía masculina. Por lo tanto, en la primera parte de este trabajo, intentamos comprender cual es la relación entre colonialidad y patriarcalidad estatal, así como la dupla ausencia en ese debate: la cuestión de género, que es ausente en los análisis del pensamiento descolonial y la colonialidad, como ausente del feminismo hegemónico. El segundo capítulo pretende avanzar en dos propuestas de despatriarcalización: la descriminalización del aborto y la corrección de la sistemática sub-representación política de las mujeres, por la reforma política.

DESCOLONILIDAD – DESPATRIARZALIZACION – ESTADO – FEMINISMO  
DESCOLONIAL – DESCRIMINALIZACION DEL ABORTO – SUB-  
REPRESENTACION POLÍTICA – IGUALDAD DEL GÉNERO



## Sumário

Introdução .....	8
Capítulo 1 – A despatriarcalização do Estado e a colonialidade do poder.....	13
1.1 - Apresentação da proposta de despatriarcalização do Estado .....	13
1.2 – As limitações do feminismo branco/eurocêntrico e os aportes e contribuições teóricas do feminismo descolonial latino-americano.....	21
2.1 – A urgência de uma reforma política feminista .....	32
2.2 – A descriminalização do aborto .....	41
Considerações Finais .....	48
BIBLIOGRAFIA.....	59

## Introdução

Partindo da compreensão de que a sociedade moderno-capitalista é perpassada e constituída por uma série de relações de poder que colocam o homem, branco, hétero e cissexual, europeu/norte-americano e proveniente das classes mais abastadas em uma condição amplamente hegemônica, não só por suas raízes históricas, mas pela replicação atual de padrão global de poder, o presente trabalho pretende elucidar de que maneira o Estado atua garantindo e reproduzindo as condições materiais e simbólicas dessa hegemonia.

Importa, aqui, mapear de que meios e de que aparatos coercitivos, legais, simbólicos e políticos o Estado se vale para, frustrando suas próprias promessas modernas de universalização de direitos, igualdade, liberdade, republicanismo e impessoalidade, deliberadamente amparar e privilegiar o poder masculino, para então propor meios para dismantelar esse ciclo vicioso: a dita despatriarcalização do Estado.

Cumprir notar, no entanto, que o patriarcado imiscui-se com poder estatal de maneiras diferentes nos países de dito “capitalismo central” e naqueles de dito “capitalismo dependente”, naqueles colonizadores e naqueles colonizados. Isso porque a patriarcalidade e a hegemonia masculina são componentes importantes do padrão colonial de poder: a ficção de “gênero” assim como a de “raça” estrutura as relações de poder que se consolidaram a partir do século XV, com o violento processo de intrusão do conquistador europeu nos territórios americanos, africanos e asiáticos. Enquanto a categoria “raça” permite ao conquistador escravizar, saquear, dizimar, explorar e catequizar os povos americanos, africanos e asiáticos, a imposição da ficção de “gênero”, segundo é concebida pelos padrões eurocentrados, permite ao explorador europeu estuprar, superexplorar, silenciar, desempoderar e reorganizar as mulheres, afetando diretamente nada menos do que metade da população colonizada e, indiretamente, todo o epistema daqueles povos então colonizados.

A imposição violenta das noções e implicações europeias de gênero destronaram as divindades femininas, substituindo-as por uma divindade uma e masculina – Javé, o deus cristão -; desempoderaram as líderes tribais e

comunitárias mulheres, dando lugar aos homens, com quem os conquistadores europeus passaram a negociar, e submeteram as mulheres a novas formas de superexploração – sob a dupla inferioridade proporcionada pela ficção de “raça” e “gênero”- tanto por parte dos homens brancos europeus, quanto por parte dos próprios homens indígenas, africanos e asiáticos, que se tornaram tão mais violentos quanto sentiam necessidade de afirmar seu poder emergente, bem como de compensar a emasculação que sentiam face ao imigrante europeu superpotente.

É vasta a discussão, e chegaremos a ela ao longo desse trabalho, sobre a condição originária da mulher não-europeia, antes da colonização. Há quem diga que, antes da colonização, o epistema que vigia nas relações de gênero era não binário. Há quem diga que, sendo binário, era complementar e não hierárquico e que, embora mulheres e homens fossem assinalados e socialmente reconhecidos como diferentes, o *status* social da masculinidade não era superior ao da feminilidade. Há quem diga, ainda, que vigia um patriarcado “de baixo impacto” ou “ancestral”. Embora essa discussão tenha implicações concretas para, por exemplo, a elaboração de políticas públicas com viés de gênero para os povos indígenas, ou, por exemplo, para traçar alianças e táticas para o movimento feminista nos países colonizados, não nos interessa, por ora, chegar a uma conclusão definitiva. Importa destacar, apenas, que há, no entanto, um consenso de que a intrusão europeia provocou uma profunda reorganização e reestruturação das relações de gênero, seja inventando-as, seja aprofundando o abismo do *status* social de cada gênero.

Mais ainda: o processo de imigração provocou esse rearranjo deliberadamente, como mais uma de suas técnicas de conquista e exploração. Reconfigurar masculinidade e feminilidade no mundo colonizado foi, talvez, o modo mais eficaz de praticar violência epistêmica, eis que as relações de gênero são sempre transversais a todas as demais relações de poder. Em outras palavras, essa reconfiguração atingiu, a um tempo, a fé, a política, o trabalho, as relações comunitárias, as relações interpessoais, a intimidade e o sexo: todo o epistema do povo colonizado e submetido, sendo, por conseguinte, central para o sucesso da colonialidade como um padrão global e atual de poder.

Se, como nos diz Aníbal Quijano, como passaremos a ver ao longo do presente trabalho, os quatro âmbitos fundamentais da existência concentram-se no controle do sexo, do trabalho, da subjetividade e da autoridade pública/coletiva, as ficções

coloniais de “gênero” e de “raça”, articuladamente, garantiram o sucesso da violenta e predatória empreitada europeia de dominação, já que todos esses quatro âmbitos foram afetados e rearranjados pelos novos discursos coloniais, que envolviam as ficções de “raça” e “gênero”.

Entretanto, se por um lado as promessas modernas de universalização dos direitos, de liberdade, justiça, igualdade e os ideais republicanos frustram-se a si mesmos no contexto colonial, porque o anverso do próprio epistema iluminista é a exploração colonial; o pensamento feminista hegemônico, intrinsecamente ligado a esse epistema europeu dominante, passa ao largo de quaisquer discussões sobre a colonialidade do poder e passa ao largo, portanto, da possibilidade de pensar a emancipação das mulheres não-brancas, não-heterossexuais, não-cissexuais, não-europeias, não-burguesas.

O pensamento feminista hegemônico também se entrega à crença romantizada de que os direitos adquiridos pelas mulheres europeias, brancas, burguesas, hétero e cissexuais podem ser universalizados a todas as mulheres, ignorando, no entanto, que foi às custas das demais mulheres subalternas que as mulheres europeias, brancas, burguesas, héteros e cissexuais obtiveram seus direitos. Imaginar que é possível universalizar esses direitos sem romper com o epistema moderno/iluminista/eurocentrado é pensar que a Modernidade pode dar com uma mão aquilo que retira – mediante grave violência - com a outra.

Parte do problema do pensamento feminista hegemônico também se situa em sua incapacidade de pensar as explorações/opressões articulada e interseccionalmente. Isso porque o pensamento categorial despojado de interseccionalidade termina por assinalar o grupo hegemônico a que cada categoria se refere, assim a categoria “mulher” assinala as mulheres brancas, heterossexuais, cissexuais, burguesas e europeias; a categoria “negro”, assinala homens cissexuais e heterossexuais; a categoria “lésbica” assinala as mulheres cissexuais brancas e assim por diante. Portanto, toda a produção teórica pretensamente universal do feminismo hegemônico a respeito da “mulher” se verifica cada vez mais inaproveitável para as mulheres subalternizadas por diversas outras formas de exploração que se articulam à, mas transbordam da, categoria “gênero”, tanto mais à medida que a colonialidade do poder se aprofunda, principalmente para disfarçar o próprio esgotamento do modo de produção que lhe embasa.

Sendo assim, essa pesquisa divide-se em dois momentos: no primeiro capítulo, descreve-se o desenvolvimento da patriarcalidade na América Latina e sua estreita relação com o processo de conquista desse território, demonstrando-se, paralelamente, a incapacidade do pensamento descolonial de relacionar a colonialidade do poder e a colonialidade de gênero, isto é, a relação entre a exploração da mulher colonizada e o sucesso da própria colonialidade como padrão global de poder. Ainda no primeiro capítulo, mostra-se como o debate da colonialidade de gênero está da mesma forma ausente no pensamento descolonial e no pensamento feminista hegemônico: se a primeira matriz filosófica simplesmente não consegue enxergar essa relação entre a exploração da mulher colonizada e o sucesso da própria colonialidade como padrão global de poder, a segunda matriz de pensamento simplesmente não consegue enxergar a colonialidade em si e a forma como esse padrão de poder afeta a condição das mulheres ao redor do mundo, principalmente porque para o feminismo hegemônico a categoria “mulher” é pensado como um bloco monolítico, atemporal, a-histórico, pretensamente universal que apaga sistematicamente as especificidades de mulheres subalternizadas por diferentes relações de poder.

É justamente nesse entrelugar, no vácuo deixado na intersecção dessas duas matrizes de pensamento, que procuramos destacar a importância do feminismo descolonial como alternativa para a construção de um feminismo que contemple as necessidades da mulher latino-americana, procurando, no seio do feminismo descolonial, possíveis contribuições para compreender a forma como a patriarcalidade se vale do Estado nos países latino-americanos, colonizados e dependentes para se reproduzir e de que maneiras é possível romper esse ciclo vicioso, isto é, como despatriarcalizar o Estado.

Nesse ponto, chegamos ao segundo capítulo, em que observamos dois modos concretos pelos quais o Estado privilegia os homens e o poder masculino: através da complacência e conivência com a sistemática sub-representação política das mulheres e através da criminalização do aborto. Os exemplos no entanto, poderiam ter sido outros, já que o rol de expressões da patriarcalidade estatal é tão abrangente quanto esse fenômeno é estrutural e estruturante: a negligência no combate à violência de gênero, a leviandade jurisprudencial em relação ao estupro,

a tributação de produtos indispensáveis à higiene feminina com as mesmas alíquotas aplicáveis a supérfluos, entre outros.

Ao analisarmos os significados patriarcais na indiferença estatal em relação à sub-representação política feminina, bem como na criminalização do aborto, poderemos perceber como, através de condutas comissivas e omissivas, o Estado sistematicamente contribui para a reprodução da assimetria entre os gêneros, peças centrais na manutenção da ordem colonial e capitalista. Isso porque, apesar de sua retórica, essencialmente Moderna e eurocentrada, de universalização dos direitos, há uma lógica de colonialidade e reprodução de assimetrias, desigualdades e déficits sociais e democráticos.

Mesmo assim, na segunda parte deste trabalho, ao analisarmos o problema da sub-representação política das mulheres e o da criminalização do aborto, bem como suas origens e consequências nefastas, optamos por propor soluções: respectivamente, uma reforma política que contemple critérios de gênero, com a distribuição equitativa dos recursos eleitorais, associada a políticas afirmativas, tais como cotas, sem prejuízo de uma reforma que estabeleça um sistema eleitoral mais racionalizado, e a descriminalização imediata da interrupção voluntária da gravidez. Embora isso não signifique desconsiderar as limitações do próprio Estado – produto que é da Modernidade, da colonialidade do poder e das relações de produção capitalistas, como anteriormente destacado – em universalizar direitos, entendemos que o Estado ainda se revela o único ator social capaz de produzir alguma distribuição de renda e algum aprofundamento da democracia em larga escala e um importante instrumento de resistência ao capitalismo total, encarnado pelo neoliberalismo. Propor tais soluções é, antes uma atitude pragmática do que ingênua em relação ao Estado, isso porque, acreditamos, entre a retórica democrática estatal e sua lógica colonial, há um interstício em que se revela urgente provocar tensionamentos e reivindicar avanços, não só porque tais avanços são possíveis, mas também porque reivindicá-los se afigura uma importante tática de resistência aos cercamentos sistemáticos que o neoliberalismo vem impondo aos grupos subalternizados, no atual ciclo econômico.

## **Capítulo 1 – A despatriarcalização do Estado e a colonialidade do poder**

### *1.1 - Apresentação da proposta de despatriarcalização do Estado*

A despatriarcalização do Estado consiste em uma proposta feminista de mapeamento e desconstrução dos mecanismos estatais de reprodução da hegemonia masculina e do assujeitamento das mulheres, empreendida a partir de um epistema feminista descolonial e contra-hegemônico, que reconhece o caráter cumulativo e interseccional das opressões e a natureza (pós-)colonial das relações globais. Sendo assim, esse mapeamento e desconstrução empreendido na proposta de despatriarcalização do Estado na América-Latina deve, pena de fracasso, engajar-se a um tempo na descolonização desse continente, bem como da teoria feminista em si, eis que o sujeito das teorias feministas hegemônicas e eurocentradas ao mesmo tempo promove e resulta de um apagamento das relações heteronormativas, racistas, classistas e coloniais no interior da categoria mulher. Em outras palavras, a categoria “mulher” hegemônica e eurocentrada resta insuficiente para pensar a condição da mulher latino-americana e, por conseguinte, para dar conta de quaisquer propostas de despatriarcalização do Estado dependente/terceiro-mundista/periférico.

Entretanto, antes de prosseguir-se em mais aprofundadas análises do fenômeno da hegemonia masculina no interior do aparato estatal, ou do desenvolvimento da teoria feminista, da categoria “mulher” e das intersecções de relações de poder no interior da referida categoria, antes mesmo de sequer de delinear os contornos dessa proposta política de despatriarcalização, impende promover uma pequena pausa para criar um acordo semântico com o leitor em relação aos sentidos desse Estado dito dependente, ou terceiro-mundista ou periférico. São muitas as controvérsias que envolvem a escolha da terminologia para designar o fenômeno de subdesenvolvimento, pobreza endêmica, dependentismo econômico, tecnológico, epistêmico e cultural e a pós-colonialidade experimentado por países do Sul, são muitas também as possíveis explicações de suas causas. O presente trabalho não pretende abordar exaustivamente nem as controvérsias na

escolha da terminologia, nem demorar-se na análise das possíveis causas desse fenômeno, daí porque propõe-se o acordo semântico de entender o Estado na América-Latina, Estado dependente, terceiro-mundista ou periférico como sinônimos, uma vez que o que visamos é distinguir os Estados com alto índice de desenvolvimento, daqueles com baixo; os Estados que, historicamente, foram colonizadores, daqueles que, historicamente, foram colonizados; os Estados de capitalismo central, daqueles de capitalismo periférico.

Ora, essa distinção, como se demonstrará, exigirá da teoria feminista, para a despatriarcalização desses Estados ditos dependentes, ou terceiro-mundistas ou periféricos, reflexões que não encontrarão lastro nem eco na vertente hegemônica e eurocentrada desse feminismo, uma vez que a hegemonia masculina expressa-se diferentemente nos aparatos estatais, a depender de serem centrais ou periféricos.

Vencido esse pequeno *detour*, antes de voltarmos a ele – já que é ele mesmo, isto é, como a hegemonia masculina expressa-se diferentemente nos aparatos estatais e quais as relações dessas diferenças com as diferentes combinações de intersecções de relações classistas, coloniais, racistas e heteronormativas no interior da categoria mulher e quais as variáveis a serem consideradas para desconstruir a hegemonia patriarcal no interior do Estado, no capitalismo periférico – é preciso criar outros acordos semânticos em relação a outros conceitos já empregados, tais como “teoria feminista”, “categoria mulher”, “hegemonia masculina” – no interior do aparato estatal e fora dele –, “colonialidade”/“descolonialidade”, “patriarcalidade” e “despatriarcalização”. Para tanto, é preciso fazer uma breve retomada histórica simultaneamente do feminismo e do desenvolvimento da teoria feminista, assim como dos estudos coloniais, para por fim demonstrar em que altura entrecruzaram-se uns e outros e que aportes e contribuições fizeram-se reciprocamente.

Ora, o feminismo constituiu-se, grosso modo, através de três ondas. Os debates e pautas políticos trazidos pela primeira onda focaram-se na conquista de direitos políticos para as mulheres e a derrogação de leis que mantinham a desigualdade formal entre homens e mulheres. Nesse contexto, o sufragismo e o sindicalismo de fins do século XIX e começo do século XX são emblemáticos para a primeira onda.

A segunda onda, por sua vez, concentrou-se na politização do espaço privado, na denúncia e combate à divisão sexual do trabalho, na conquista da autonomia da



mulher sobre seu corpo e no questionamento dos padrões duplos de comportamento, da moral sexual e dos papéis de gênero. O obra de Simone Beauvoir, “O segundo sexo”, publicada originalmente em 1949, encarna o mote da segunda onda do feminismo, com a desnaturalização e historicização das desigualdades de gênero, com as críticas às principais narrativas modernas – como o marxismo e a psicanálise – por patriarcais e a tentativa de elaboração de uma teoria feminista, ainda que inteiramente situada dentro dos marcos da Modernidade, cujo anverso, veremos, mais adiante, na obra de Maria Lugones, é a impossibilidade, ou a forclusão total dessa possibilidade mesma - de ruptura com a colonialidade do saber.

Ainda, é no contexto de segunda onda que emergem as ditas “teóricas do patriarcado”, afirmando a primazia do patriarcado em relação à organização social como um todo, isto é, afirmando-o como fundador, antecessor e estruturante das demais desigualdades, tais como as desigualdades coloniais, étnico-raciais, de classe, de orientação sexual ou identidade de gênero. Joan Scott, em seu artigo “Gênero, uma categoria útil para análise histórica”, aponta que “[...] as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades.” (1989, p. 10). Ademais, acrescenta a autora que a tese de que a dominação das mulheres pelos homens provenha da “apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher” ou da reificação das mulheres pelos homens, baseia-se na diferença física, que adquire caráter universal, imutável. O apontamento de Joan Scott é elucidativo:

Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os(as) historiadores(as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sócio-cultural – e portanto, a não historicidade do gênero em si. De certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa. (1989)

Essa não é, naturalmente, a única limitação da “teoria do patriarcado”, cujo maior êxito, talvez, tenha sido negar a prevalência e antecendência histórica da exploração de classe em relação à de gênero, mas cujo maior deslize foi a sua incapacidade de romper com a lógica de escalonamento das desigualdades e

opressões, resultando no apagamento, no interior de sua categoria, da intersecção de outras relações de poder desiguais, tais como a colonialidade, o classismo, o racismo e a heteronormatividade. Por conseguinte, o sujeito das “teorias do patriarcado” é ao mesmo tempo branca, europeia, burguesa, cissexual e – para grande parte dessas teorias - heterossexual (não o era para todas, porque parte das “teóricas do patriarcado” enveredam, a partir da relação que traçavam entre assujeitamento das mulheres e sua reificação sexual, muitas vezes associada à sexualidade em si, para o feminismo radical e lesbiandade política).

Apesar de ainda situado no interior da segunda onda, não apenas por uma questão cronológica – as teorias do patriarcado ganham especial relevo em torno da década de oitenta, enquanto a terceira onda data, grosso modo, da década de noventa em diante –, mas principalmente por uma questão epistemológica – pela já referida incapacidade de romper com a lógica de escalonamento das desigualdades e opressões –, as “teorias do patriarcado” merecem nota, uma vez que desferem o primeiro golpe na heteronormatividade no interior da categoria “mulher”, legando ao feminismo descolonial – que como se verá, dialoga intensamente com aqueles feminismos que, em alguma medida, são contra-hegemônicos – a noção de patriarcalidade e hegemonia masculina como sistêmica, coercitiva, legitimada e epistêmica, inseparável da hegemonia em si.

Finalmente, a terceira onda destaca-se por seus feminismos interseccionais, com a articulação das diferentes explorações/opressões/desigualdades no interior da e em relação à categoria gênero e pela internalização de debates descoloniais/pós-coloniais, reterritorializando a luta feminista e descolonizando-se do feminismo eurocêntrico/branco, assim como questionando sua heteronormatividade, racismo e classismo. Nesse contexto é que emergem propostas político-teóricas como a do lesbofeminismo, transfeminismo, feminismo negro, feminismo chicano, feminismo islâmico/muçulmano, feminismo descolonial, feminismo indígena, feminismo terceiro-mundista, entre outros.

Nesse sentido, Mercedes Jabardo Velasco, em “Construyendo puentes: em diálogo desde/ com el feminismo negro”, introdução à obra “Feminismos Negros, una antología”, sustenta que, ao passo que o feminismo moderno/ilustrado – notadamente estampado na segunda onda feminista - se desenvolveu a partir de Simone de Beauvoir e sua afirmação de que não se nasce mulher, senão torna-se

uma, os feminismos negros – e aqui acrescentamos, também, os demais feminismos não-hegemônicos, não-brancos, não-heteronormativos e não-eurocêntricos – constituem-se a partir de uma negação, de uma exclusão, de um interrogante que retoma Sojourner Truth: *ain't I a woman?* (2012,p.32)

Para a autora, ainda, essa retomada, longe de ser ao acaso, é a expressão de um sentimento coletivo que responde de forma irônica às teorias de gênero surgidas a partir da tese de Simone Beauvoir:

Desde o feminismo negro a identidade da mulher é simultaneamente reclamada e reconstruída. Frente aos exercícios “construtivistas” do feminismo branco, o feminismo negro parte de uma não-categoria (não-mulher). A única estratégia possível desde a negação é um exercício de desconstrução. Destruir a negação de onde se excluiu da categoria de mulheres as mulheres negras, para avançar, repensar-se e reconstruir-se a partir de outras categorias. Re-conhecer as imagens de não-mulher como estratégias de hegemonia.<sup>1</sup>

Ora, esse mesmo interrogante desconstrutivista reaparece no feminismo descolonial latino-americano – em cujo seio desenvolveu-se a proposta política de despatriarcalização do Estado –, uma vez que, conforme aponta Rocío Medina Martín (2013), em seu artigo “Feminismos periféricos, feminismos outros: uma genealogia feminista descolonial por reivindicar”, desde os anos 60 e 70 do século passado, as práticas de mulheres “terceiro-mundistas”, negras, indígenas, pobres, muçulmanas, com práticas sexuais dissidentes, imigrantes, campesinas, etc, através de variadas correntes do pensamento feminista –aquelas denominadas “subalternas”–, têm tensionado os limites do pensamento feminista eurocêntrico, bem como das ciências sociais, denunciando-os racistas, classistas, heteronormativos, androcêntricos e antropocêntricos, em suma, descortinando sua dimensão epistêmica colonial. Isso porque, apesar da necessidade dessa perspectiva histórica para a compreensão do desenvolvimento do feminismo descolonial e dos diálogos que travou com outros feminismos contra-hegemônicos – justamente esses que têm

---

<sup>1</sup> Tradução nossa. No original, lê-se: “Desde el feminismo negro la identidad de la mujer es simultáneamente reclamada y reconstruida. Frente a los ejercicios «constructivistas» del feminismo blanco, el feminismo negro parte de una no-categoría (no-mujer). La única estrategia posible desde la negación es un ejercicio de de-construcción. Destruir la negación desde donde se ha excluido de la categoría de mujeres a las mujeres negras, para avanzar, repensarse y reconstruirse desde otras categorías. Re-conocer las imágenes de nomujer como estrategias de hegemonía.”

tensionado os limites do pensamento feminista eurocêntrico e o arcabouço das ciências sociais - é preciso por em relevo o caráter arbitrário dessa subdivisão do feminismo em ondas, pois mais importante do que categorizar o feminismo cronologicamente é, como nos propõe Martín, delinear sua genealogia e retomar seus diálogos com outros feminismos e com os estudos (pós-/des)coloniais, destacando como uns e outros influenciaram-se mutuamente e de que maneira podem contribuir para a despatriarcalização do Estado na América-Latina.

Nessa esteira, analisar a forma como o tema “despatriarcalização do Estado” ingressou na pauta política na América-Latina revela-se instrutivo. Ocorre que a partir das guinadas políticas consubstanciadas na ascensão ao poder, pela via democrática, de presidentes umbilicalmente ligados ao campesinato e operariado, às populações indígenas e pobres da América-Latina, como ocorreu na Venezuela (Hugo Chávez), Bolívia (Evo Morales), Equador (Rafael Correa), Paraguai (Fernando Lugo) e, em um processo análogo, no Brasil (Lula-Dilma Rousseff), Uruguai (Pepe Mujica), Chile (Michelle Bachelet) e Argentina (Cristina Kirchner), a descolonização – sobretudo nos países que experimentaram o novo constitucionalismo latino-americano, com a consolidação de estados plurinacionais – ganhou especial relevo. A Bolívia, por exemplo, instituiu o *Viceministerio de Descolonizacion*, ligado ao Ministério de Culturas, cujo objetivo institucional é gerar espaços de discussão teórica, prática acadêmica e política para superar a supremacia educativa ocidental, com o objetivo de abrir novos paradigmas nos processos de descolonização do conhecimento científico. No esteio dessas discussões fomentadas pelo *Viceministerio de Descolonizacion*, ganharam relevo as discussões já amplamente travadas no espaço acadêmico, pela sociedade civil e pelo movimento feminista em relação à necessidade de dismantelar os mecanismos pelos quais a hegemonia masculina se reproduziu e se reproduz no interior/ por intermédio do aparato estatal.

Emerge a máxima: “não há descolonização sem despatriarcalização” e o movimento feminista, partindo das reflexões dos estudos coloniais e de uma profunda crítica ao feminismo branco, classista, heteronormativo e eurocentrado, pretende empreender a despatriarcalização do Estado que se coloca o objetivo de se descolonizar, ao mesmo tempo que descoloniza a teoria feminista.

Em outras palavras, ao passo que se avolumou a crítica, proveniente dos estudos coloniais, às ciências sociais, por seu caráter racista, classista, heteronormativo, androcêntrico e antropocêntrico – isto é, em razão da profunda colonialidade do saber – diversas feministas conseguiram articular uma crítica também aos estudos coloniais em si, exigindo-lhes um passo a mais: não há descolonização sem despatriarcalização, o que, em primeiro lugar, significa que é preciso romper com os pressupostos heteronormativos e macho-hegemônicos no interior das teorias descoloniais, uma vez que mesmo elas muitas vezes, como denuncia Lugones (2008), em seu artigo “Colonialidad y género”, não se dão conta da sua aceitação do significado hegemônico de gênero, consubstanciado na hiperbiologização das relações de gênero, na aceitação do dimorfismo sexual e da dicotomia homem/mulher, da heteronormatividade e dos demais pressupostos patriarcais – em outras palavras, a patriarcalidade das ciências sociais não é privilégio dos epistemas eurocentrados; em segundo lugar, aponta a necessidade de descolonizar as teorias feministas, e, por último, denuncia a urgência de articulação entre o primeiro e o segundo processo.

Herdeiras de uma tradição de feminismos contra-hegemônicos, assim como solidamente fulcradas nas discussões travadas no âmbito dos estudos coloniais, as feministas descoloniais retomam questões que nunca, conforme aponta Catharine A. MacKinnon (1989) em sua obra “Toward a feminist theory of the state”, foram suficientemente elucidadas pela teoria feminista: O que é o poder estatal? Como as mulheres são afetadas por ele? O que é a lei/o Direito para as mulheres? Como a lei/ o Direito funcionam para legitimar o poder/hegemonia masculina? A lei/ o Direito podem ajudar as mulheres? A lei/ o Direito pode modificar o *status* feminino? A forma como a lei/ o Direito são utilizados faz diferença? Qual o papel do Estado na política sexual? O Estado é em algum grau autônomo do interesse dos homens ou uma expressão integral desses interesses? Como o poder/ a hegemonia masculina se convertem em poder Estatal? Uma outra relação entre Estado e sociedade, como por exemplo, sob o Socialismo, faria diferença? A hegemonia masculina/

masculinidade é inerente ao Estado em si? O que é o Estado do ponto de vista das mulheres? <sup>2</sup>

Entretanto, acrescentaria, a teoria feminista em sua matriz descolonial, vai mais longe, perguntando-se: Qual a relação entre o poder estatal e a colonialidade e, por conseguinte, qual a relação entre a hegemonia masculina, quando expressa através do aparato estatal de países periféricos, e a colonialidade? O que é a lei e como as mulheres de cor, pobres, indígenas, negras, latinas, chicanas, quilombolas, prostitutas, lésbicas, bissexuais, transexuais, proletárias e subproletárias se relacionam com ela? Em que medida a lei funciona para legitimar a hegemonia masculina, a colonialidade, o racismo e a heteronormatividade, tomados articuladamente? Pode, a lei, fazer algo pelas mulheres de cor, pobres, indígenas, negras, latinas, chicanas, quilombolas, prostitutas, lésbicas, bissexuais, transexuais, proletárias e subproletárias? Qual o papel do Estado na política sexual e na colonialidade, qual o papel do Estado na intersecção entre um e outro? É, o Estado, de alguma forma autônomo dos interesses masculinos/coloniais? Como o poder masculino e colonial transformam-se em poder estatal? Algum rearranjo das relações entre estado e sociedade, como possivelmente sob o socialismo, alteraria o atual cenário, pondo em cheque as relações coloniais e patriarcais? A hegemonia masculina e colonial é inerente ao estado em si, nos países de capitalismo periférico? O que é o estado, do ponto de vista da mulher latino-americana?

Ora, nunca é demais apontar que a retomada do debate proposto por Catherine A. MacKinnon (e também por outras feministas) a partir de diálogos com os estudos coloniais e pós-coloniais representou uma virada sem precedentes na teoria feminista, eis que a mulher que consta das indagações de MacKinnon –

---

<sup>2</sup> Os referidos questionamentos encontram-se dispersos ao longo da obra citada. Insistimos, todavia, em destacar e transcrever os questionamentos na língua original, pois a tradução quando relativa ao feminismo pode ser tornar ainda mais dificultosa, pois os estudos feministas, principalmente nos Estados Unidos, são bem mais consolidados, contando com um largo vocabulário de neologismos que já se encontram aceitos e reconhecidos naquela língua, mas para os quais simplesmente não há correspondentes adequados em português. É o caso de expressões como “gendered”, “male power” “male point of view”, “masculinity”, entre outros. Por esse motivo, transcrevemos os questionamentos originais: “What is the state power?”; “How do women encounter it?”; “What is the law for women?”; “How does law work to legitimate male power?”; “Can the law do anything for women?”; “Can it do anything for women’s status?”; “Does how the law is used matter?”; “What is the role of the state in sexual politics?”; “Is the state to some degree autonomous of the interests of men or an integral expression of them?”; “How does male power become state power?”; “Would a different relation between state and society, such as may exist under socialism, make a difference?”; “Is masculinity inherent in the state form as such?”; “What is the state, from women’s point of view?”

porque descontextualizada, desterritorializada, essencializada e pretensamente universalizada – aparece inevitavelmente como uma mulher branca, heterossexual, burguesa e eurocentrada. Apenas a interseccionalidade logra descortinar o que, de outro modo, resulta invisível quando categorias como raça, gênero e orientação sexual são pensadas autonomamente. Como resultado, os apontamentos de MacKinnon de que o feminismo não teria desenvolvido uma teoria de estado, apesar de possuir uma desenvolvida teoria do poder (1989) estão corretos, mas resultam insuficientes para que a América-Latina e essas mulheres “subalternas” - de cor, pobres, indígenas, negras, latinas, chicanas, quilombolas, prostitutas, lésbicas, bissexuais, transexuais, proletárias e subproletárias, essas que não pertencem imediatamente ao bloco monolítico e pretensamente universal a que a categoria “mulher”, como foi pensada pelo feminismo hegemônico e eurocentrado, corresponde - pensem seu próprio contexto e (des)construam um Estado que não se faça instrumento da criação e conservação da hegemonia masculina.

### *1.2 – As limitações do feminismo branco/eurocêntrico e os aportes e contribuições teóricas do feminismo descolonial latino-americano*

Instrutiva, para a compreensão do contexto latino-americano em que a articulação entre descolonização e despatriarcalização, ao emergir como imperativo político, coloca, a um tempo, a necessidade de romper com os pressupostos heteronormativos e macho-hegemônicos no interior das teorias descoloniais, assim como de descolonizar as teorias feministas, a análise da discussão teórica travada entre Maria Lugones e Aníbal Quijano.

Tal discussão demonstra, ao mesmo tempo, as possíveis contribuições do conceito de colonialidade do poder, como cunhado por Aníbal Quijano, e mais amplamente, as possíveis contribuições dos estudos coloniais ao feminismo, assim como expõe as fragilidades dos estudos coloniais ao tratar das relações de gênero. Em outras palavras, a discussão de Lugones e Quijano encarna a máxima: não há descolonização sem despatriarcalização.

A colonialidade do poder, argumenta Aníbal Quijano, trata-se de um novo padrão de poder, em que se articulam opressões de raça, gênero, etnicidade e

diversas formas de exploração da mão-de-obra, tais como a escravidão, a servidão, o trabalho assalariado, sob a hegemonia do regime capital-salário. Mais precisamente, a colonialidade do poder diz respeito às relações de dominação, exploração e conflito entre os diferentes atores sociais que disputam o controle de quatro âmbitos básicos da existência humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos. (2002).

Ocorre que o padrão colonial é um padrão inteiramente novo de poder, isso porque no processo mesmo de conquista e colonização das Américas, se produz um construto mental hoje conhecido como “raça” – o qual é concebido por Quijano como uma ficção, sendo, na obra do aludido autor, mantido sempre entre aspas, a fim de destacar seu caráter ficcional –, o qual não mantinha, destaca Quijano, no momento de sua produção, qualquer relação com a materialidade do universo existente. Ora, a ideia de raça não é somente impregnada de etnocentrismo, como produtora de uma realidade e um padrão de poder sem precedentes na história humana. O que figurava no centro dessa ficção não era a ideia de inferioridade, não era a velha estrutura de distribuição desigual de poder entre os diferentes grupos humanos, mas a desumanização absoluta dos sujeitos assinalados pela ficção racial recém inventada. Pairava a questão: “*Que* são esses a que estamos submetendo, conquistando, explorando?”: humanos, semi-humanos ou bestas?

Por cerca de meio século entendeu-se que esses, objetos do violento processo de conquista eram não mais do que bestas. Apenas em 1537 o Papa Paulo III, por intermédio da bula papal *Veritas Ipsa*, reconhece a humanidade daqueles vitimados pela expansão colonial, entretanto, esse reconhecimento foi por demais tardio, eis que a desumanização dos indígenas já estava demasiado arraigada nas práticas sociais.

Sendo assim, é, para Quijano, em torno da ficção “raça” que se desenvolve um rearranjo do conjunto de dominações sociais prévias, produzindo-se novas identidades histórico-sociais; a primeira delas, a identidade dos “índios”.

Ora, o que não fica, de todo modo claro na historiografia hegemônica, é que a partir também desse processo que se produz a categoria “Europa Ocidental”, que se produz o “Capitalismo comercial” e a hegemonia do Capital-salário. A historiografia oficial faz parecer que o capitalismo desenvolveu-se na Europa Ocidental a partir da sofisticação tecnológica crescente, capitalizando o excedente produzido,



reinvestindo-o, enquanto que lentamente monetarizando-se e se expandindo globalmente, passando, aos poucos, a tornar obsoletas as demais formas de exploração de mão-de-obra e os demais processos produtivos. Capital, Modernidade e Colonialidade aparecem, segundo essa narrativa hegemônica, como processos disjuntos, ou até mesmo opostos, no caso dos dois primeiros em relação ao terceiro.

No entanto, a verdade é outra, se num primeiro momento o que se dá é apenas uma relação Península Ibérica-América, em que se produz um tipo de dominação arcaico e pobre – mas nem por isso menos violento – cujos produtos são rapidamente dispersados pelos colonizadores em guerras dinásticas a troco de prestígio, logo esses recursos comerciais são reapropriados por países como Inglaterra e França, consolidando o eixo Europa Ocidental.

Nesse segundo momento, o Capital passa a expandir-se rapidamente, impulsionado pelos recursos americanos, criando, na Europa, uma revolução social interna: o regime Capital-salário torna-se hegemônico ao passo que se associa às demais formas conhecidas de exploração e opressão para a produção de mercadorias para o recém fundado mercado mundial.

Ora, o trabalho assalariado já existia, então, há pelo menos quatro séculos, uma vez que, conforme se sabe, surgiu em algum ponto entre o século IX e XI, no Mediterrâneo, não sendo, em absoluto preponderante sob as demais formas de exploração da mão-de-obra, que sempre coexistiram simultaneamente e disjuntamente.

Só a partir da conquista e colonização da América é que cada uma dessas formas de exploração da mão-de-obra, tais como a servidão, a escravidão, o trabalho assalariado, etc, reconfiguraram-se e associaram-se, sob a hegemonia do trabalho assalariado organizado pelo capitalismo – isso a que se chama Capital-salário –, com o objetivo deliberado – fortemente impulsionado pela escravidão – de produzir mercadorias para o mercado mundial.

Assim, Capital Comercial e o Pequeno Capital passam a ser hegemônicos, não se referindo o capitalismo hegemônico mundial apenas à relação Capital-salário, por meio do trabalho assalariado, mas sim à toda a estrutura globalmente associativa travada entre as diferentes formas de exploração da mão-de-obra, incluindo a escravidão e a servidão americanas e, posteriormente, africanas e asiáticas: Capital e Colonialidade não são processos disjuntos nem mutuamente excludentes, nem o

trabalho assalariado tende a extinguir as outras formas de exploração da mão-de-obra, senão dependeu e ainda depende dessas outras formas para tornar-se e manter-se hegemônico.

É esse processo de eurocentramento, racialização, colonialidade, hegemonia do trabalho assalariado, é essa revolução social interna que substitui a relação originária Península Ibérica-América por uma forma mais oportuna de exploração, que é denominada Modernidade, a qual se afirma não só através de novas relações materiais de produção, da recém surgida hegemonia do Capital-salário, mas principalmente como um novo modo de produzir sentido à experiência: a dita nova racionalidade.

A Modernidade, por conseguinte, é resultado tanto da ficção “raça” que possibilitou o assujeitamento de indígenas americanos, bem como de outros grupos étnicos africanos e asiáticos, quanto da exploração predatória das terras americanas e, posteriormente, do restante do mundo conquistado. O novo mercado mundial só resulta possível pois plenamente monetarizado por intermédio dos metais retirados de Potosí, da bacia do Prata, de Minas Gerais e de outras zonas metal-mineradoras americanas. Naquele ponto da história nada se convertia em mercadoria mundial, que não fosse extraído da América, de acordo com Quijano.

Não é só pela origem colonial que falamos de colonialidade do poder e sim porque há elementos fundantes tanto da Modernidade quanto do Capitalismo que são centrais, constantes, estruturantes desde o séc. XV.

É a partir dessas reflexões de Aníbal Quijano que Maria Lugones tece uma crítica profunda tanto ao conceito de colonialidade do poder de Quijano, quanto às teorias descoloniais como um todo.

Segundo Thais Colaço, “tais estudos se constituem em uma alternativa que se contrapõe às grandes narrativas universalistas e assim representam uma nova perspectiva de pensamento não apenas para a América Latina, mas para o mundo das ciências sociais e humanas como um todo” (2012, p. 120)

Lugones busca compreender – distintamente da tradição feminista ocidental – o patriarcado a partir da colonialidade de gênero, isto é, delineando uma cartografia do poder global a partir daquilo que passa a denominar Sistema Moderno/Colonial de Gênero. Para tanto, parte igualmente de matrizes feministas contra-hegemônicas, tais como feminismos de mulheres de cor norte-americanas, feminismos terceiro-

mundistas e das vertentes feministas das escolas de jurisprudência *Lat Crit* e *Critical Race Theory*, ao mesmo tempo que busca complicar a crítica colonial de Aníbal Quijano, que cunhou o termo “colonialidade do poder”, o qual designa as relações de poder, exploração e conflito entre os atores sociais que disputam o controle dos quatro âmbitos básicos da existência humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos.

Conforme visto, para Quijano, o sistema capitalista, global e eurocentrado organiza-se em torno da colonialidade do poder e da modernidade – uma e outra contrafaces da mesma moeda. Entretanto, ressalta Lugones, o conceito de Quijano de colonialidade do poder aceita o conceito capitalista, eurocentrado e global de gênero, eis que pressupõe uma disputa patriarcal e heterossexual do controle do sexo, seus recursos e produtos. Por esse motivo, o conceito do autor, argumenta Lugones, invisibiliza a forma como as mulheres colonizadas, não-brancas, foram subordinadas e desempoderadas.

Embora Quijano consiga dar-se conta da ficcionalidade da categoria raça, o mesmo não ocorre em relação à categoria gênero – daí sua aceitação do conceito capitalista, eurocentrado e global de gênero. Não só Quijano não se dá conta de que assim como a categoria raça, a categoria gênero – como ela é hoje conhecida – também é produto da Modernidade e da Colonialidade, como ao não fazê-lo também aceita as condições hegemônicas – isto é, patriarcais e heterossexuais - em que disputa do controle do sexo seus recursos e produtos presumidamente se dá. Mais precisamente, segundo Lugones (2008), em seu artigo “Colonialidad y género”, Quijano, ao empregar o termo colonialidade do poder para designar a disputa dos atores sociais em relação ao sexo, seus recursos e produtos, pressupondo a heteronormatividade, a patriarcalidade, a divisão sexual do trabalho, os papéis de gênero e, em última análise, o dimorfismo sexual, aceita o significado hegemônico de gênero.

Daí a insistência de Lugones em ressaltar a importância de compreender-se o caráter histórico e socialmente construído da heteronormatividade e heterossexualidade compulsória, do dimorfismo sexual, da divisão sexual do trabalho e dos papéis de gênero, uma vez que tal compreensão, isto é, a compreensão do que ela denomina “rasgos historicamente específicos da organização de gênero no sistema moderno/colonial de gênero” (LUGONES, 2008),

é central para o adequado entendimento da organização diferencial de gênero em termos raciais.

Para Lugones (2008, p.6), trata-se de uma incongruência ao mesmo tempo reconhecer o caráter ficcional da categoria raça e ignorar tal caráter no que se refere à categoria gênero, aceitando o conceito hegemônico de gênero, eis que, conforme ela destaca no já citado artigo “Colonialidad y género”:

Os elementos que constituem o modelo capitalista de poder eurocentrado e global não estavam separados um do outro e nenhum deles pré-existe aos processos que constituem o padrão de poder. Por certo, a apresentação mítica desses elementos como antecedentes, em termos metafísicos, é um aspecto importante do modelo cognitivo do capitalismo, eurocentrado e global.<sup>3</sup>

Ora, com isso Lugones demonstra que não foi apenas a categoria “raça” que se constituiu em uma ficção oportuna ao desenvolvimento e aprofundamento do sistema colonial, mas também a categoria “gênero”, guarda em si profundos traços de colonialidade, tomando parte ativa na reconfiguração associativa e articulada de opressões sob a hegemonia do Capital-salário e da racionalidade moderna - o padrão colonial de poder. Tal fato se descortina tão logo se abandone o conceito “estrito e hiperbiologizado” de gênero adotado por Quijano.

Para sustenta-lo, em primeiro lugar, a autora lembra-nos como o binarismo de gênero não logra abarcar todos os sujeitos, já que se estima que algo entre 1 a 4% da população mundial ser intersexual, bem como nem sempre vigiu esse sistema, uma vez que muitos grupos étnicos, antes da colonização, reconheciam a intersexualidade, sem tentar reduzi-la ou encaixá-la em esquemas binários. Em outras palavras, o que a autora faz é dismantelar a pretensa universalidade do conceito hegemônico de gênero para depois desnudar sua natureza colonial e revelar qual relação o dimorfismo de gênero tem com a exploração colonial.

Maria Lugones ressalta que diversas sociedades indígenas pré-colombianas eram matriarcais, reconheciam positivamente a homossexualidade e admitiam o conceito de “terceiro gênero” – que, aqui, não deve ser entendido como uma

---

<sup>3</sup> Tradução nossa. Lê-se no original: “*Los elementos que constituyen el modelo capitalista de poder eurocentrado y global no están separados el uno del otro y ninguno de ellos pre-existe a los procesos que constituyen el patrón de poder. Por cierto, la presentación mítica de estos elementos como antecedentes, en términos metafísicos, es un aspecto importante del modelo cognitivo del capitalismo, euro centrado y global.*”

estrutura estanque, mas sim como o reconhecimento de que as relações de gênero não se reduzem ao binarismo colonial/eurocentrado, sendo assim, “terceiro gênero” não deve ser lido como uma única estrutura possível, mas sim como o infindável gradiente que é foracluido pela concepção de identidade de gênero hegemônica - , entendendo, por fim, os gêneros em termos igualitários e até mesmo complementares e não hierarquizados, como é a estrutura trazida pelo colonizador. (LUGONES, 2008).

Mais adiante, citando Oyéronké Oyewùmi, Lugones demonstra como a colonialidade e estabelecimento do Estado colonial lograram não só dismantelar o sistema de gênero nativo, substituindo-o por um sistema eurocentrado binário e hierarquizado, mas sobretudo *criar* a categoria mulher como ela é atualmente conhecida. Para as mulheres colonizadas, sustenta Oyéronké Oyewùmi, em seu artigo “*The invention of Women. Making na African Sense of Western Gender Discourses*”, 1997, a colonização foi um processo dual de subordinação e assujeitamento racial e sexual.

Ainda em diálogo com Paula Gunn Allen, María Lugones empresta da aludida autora a concepção de que para substituição do epistema pré-colombiano que regia as relações de gênero pelo epistema eurocentrado e hierárquico que passou a regê-las através do e após o processo de colonização quatro principais medidas foram tomadas: as divindades femininas são substituídas por divindades masculinas, depois, são destruídas as formas de governo tribal e as filosofias sobre as quais se instituem, em seguida, a população é expulsa de suas terras, privada dos meios de seu sustento, sendo forçada à recorrer às instituições sociais brancas para garantir sua sobrevivência, no seio das quais não há espaço para a ginocracia, porque tais instituições requerem a dominação masculina, e, finalmente, a estrutura de clã, mais comunitária, baseada no politeísmo, na complementariedade dos gêneros e no ginocentrismo não-autoritário, é necessariamente substituída pela dominação masculina exercida no interior e por intermédio da família nuclear.

Segundo Lugones (2008, p.92), tal retomada histórica do sistema de gênero pré-colombiano e de como se deu seu desaparecimento é importante porque, em suas palavras:

Entender o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas a partir do ponto de vista mais complexo, sugerido neste trabalho, permite um giro paradigmático na compreensão da natureza e do alcance das modificações da estrutura social que foram impostas pelos processos constitutivos do capitalismo eurocentrado colonial/moderno. Essas modificações foram introduzidas através de processos heterogêneos, descontínuos, lentos, totalmente permeados pela colonialidade do poder, que violentamente inferiorizaram as mulheres colonizadas.<sup>4</sup>

Ora, interessa-nos entender que papel tomou o Estado nesses “processos heterogêneos, descontínuos, lentos, totalmente permeados da colonialidade do poder” e em que medida é possível revertê-los ou alterá-los. Se, como destaca Oyéronké Oyewùmi, a colonialidade e estabelecimento do Estado colonial lograram não só dismantelar o sistema de gênero nativo, substituindo-o por um sistema eurocentrado binário e hierarquizado, mas sobretudo *criar* a categoria mulher como ela é atualmente conhecida, com todas as implicações simbólicas e materiais que isso traz, então não há apenas uma colonialidade de gênero – do conceito e das relações –, como nos aponta María Lugones, mas também uma colonialidade da patriarcalidade estatal. Isto é, se o Estado tomou - e possivelmente toma ainda – parte ativa na construção e consolidação, nos países colonizados, do binarismo de gênero, do dimorfismo sexual, da dicotomia homem/mulher, da hierarquização das relações sociais – incluindo-se aqui as relações de gênero - e da heteronormatividade e da heterossexualidade – social e/ou legalmente - compulsória, é porque essa postura cumpriu – e possivelmente continua cumprindo – papel importante na consolidação de um padrão colonial de poder.

Impossível, no entanto, prosseguir-se em mais aprofundadas análises sem antes consignar o fato de que essa concepção de que a colonialidade e Modernidade eurocentrada, introduzidas no continente americano por intermédio da intrusão europeia, teria não apenas alterado significativamente as relações de gênero, senão as efetivamente *criado* não é consensual dentro do feminismo descolonial. Rita Laura Segato, tanto em seu artigo “*El sexo y la norma: Frente*

---

<sup>4</sup> Tradução nossa. No original, lê-se: “*El entender el lugar del género en las sociedades precolombinas desde el punto de vista más complejo sugerido en este trabajo permite un giro paradigmática en el entender la naturaleza y el alcance de los cambios en la estructura social que fueran impuestos por los procesos constitutivos del capitalismo eurocentrado colonial/moderno. Esos cambios se introdujeron a través de procesos heterogéneos, discontinuos, lentos, totalmente permeados por la colonialidad del poder, que violentamente inferiorizaron a las mujeres colonizadas.*”

*Estatat, Partriarcado, Desposesion, Colonidad*”, quanto em seu artigo “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial” destaca haver três possibilidades interpretativas do fenômeno da intrusão europeia com relação às relações de gênero estabelecidas a partir dele, dentro da teoria feminista. A primeira, seria a posição do feminismo branco e eurocentrado de que a dominação patriarcal é mais ou menos indistinta em todo o globo e que a Modernidade pode transferir às demais mulheres – de cor, terceiro-mundistas e subalternas – seus avanços no campo dos direitos; a posição de autoras como María Lugones e Oyeronke Oyewumi, que argumentam pela inexistência do gênero no mundo pré-colonial, e a da própria Rita Laura Segato, qual seja, a de que embora houvesse no mundo pré-colonial noções de gênero, vigia um “patriarcado de baixa intensidade”, como se viu, orientado por dualidade e complementariedade, que foi substituído no curso do processo colonial.

Em seu artigo “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”, Rita Laura Segato argumenta que:

Dados documentais, históricos e etnográficos do mundo tribal, mostram a existência de estruturas reconhecíveis de diferença semelhantes ao que chamamos relações de gênero na modernidade, que incluem hierarquias claras de prestígio entre a masculinidade e a feminilidade, representados por figuras que podem ser entendidas como homens e mulheres. Apesar do caráter reconhecível das posições de gênero, nesse mundo são mais frequentes as aberturas ao trânsito e à circulação entre essas posições que se encontram interditas em seu equivalente moderno ocidental. Como é sabido, povos indígenas, como os Warao da Venezuela, Cuna do Panamá, Guayaquis do Paraguai, Trio do Suriname, Javaés do Brasil e o mundo inca pré-colombiano, entre outros, assim como vários povos nativos norte-americanos e das nações originárias canadenses, além de todos os grupos religiosos afro-americanos, incluem linguagens e contemplam práticas transgenéricas estabilizadas, casamentos entre pessoas que o Ocidente entende como do mesmo sexo e outras transatividades de gênero bloqueadas pelo sistema de gênero absolutamente engessado da colonial / modernidade. (2012)

Para a autora, então, embora o mundo pré-colonial (re)conhecesse conceitos semelhantes aos que a modernidade criou e estabeleceu para as relações de gênero e experimentasse uma patriarcalidade “de baixo impacto” antes da intrusão europeia, havendo uma maior trânsito e circulação entre os papéis e posições de gênero reconhecidos, consubstanciados – esse trânsito e circulação entre os papéis e posições de gênero – nas práticas transgenéricas estabilizadas e na possibilidade de casamentos homossexuais, o contato entre a Modernidade Colonial e as

tradições ameríndias pré-intrusão se torna particularmente nocivo uma vez que instaura relações de gênero super-hierarquizadas.

Argumenta Segato que tais relações se consubstanciam super-hierarquizadas uma vez que resultantes do contato do discurso igualitário da Modernidade com um idioma hierárquico. As consequências disso são a emasculação dos homens indígenas no ambiente extra-comunitário, submetidos ao poder do homem branco, requerendo a reconstrução e reabilitação dessa masculinidade por intermédio do uso de violência (no ambiente intra-comunitário); a hiperinflação do papel do homem indígena no interior do ambiente comunitário, eis que esse se converte em intermediário com o mundo exterior e com o homem branco, com quem trava negócios e relações bélicas; a transmutação do espaço público em esfera pública, que sequestra para si toda a dimensão política, se colocando como pretensamente universal ao mesmo tempo que privatiza, isola e desempodera o espaço doméstico; a binarização da lógica dual de gêneros, passando, um dos gêneros, a se constituir como público e universal, opondo-se ao outro, que passa a ser tido como privado, particular e marginal; a individualização e massificação de um mundo doravante compartimentalizado pelas categorias de gênero, e a instituição de um olhar pornográfico, objetificante, que introduz a noção de acesso sexual como degradante, profanador, danoso e apropriante (2012).

Citando Arlette Gautier, Segato argumenta que a eleição dos homens como interlocutores privilegiados foi deliberada e serviu os interesses da colonização e a eficácia de seu controle. A autora mencionada por Segato sugere que a colonização implica em um desempoderamento político radical das mulheres nas sociedades indígenas, eis que os colonizadores ou teriam negociado com estruturas masculinas existentes ou as teriam inventado, com o fim deliberado de conseguir aliados – os homens- a fim de facilitar a empreitada colonial (SEGATO, 2012).

De uma ou outra maneira, fica clara tanto a existência da colonialidade de gênero – caracterizada por uma alteração radical nas relações de gênero experimentadas (ou não, caso se opte pela concepção de que a intrusão europeia *cria* as relações de gênero americanas,) pelos ameríndios pré-colombianos -, quanto a função que desempenhou na articulação da dominação e assujeitamento dos indígenas americanos pelos colonizadores europeus.



Sendo assim, dentre as três posições possíveis identificadas por Segato, que se abrem à teoria feminista, isto é, a do feminismo branco e eurocentrado que ignora a colonialidade de gênero presumindo que a Modernidade pode transferir às demais mulheres – de cor, terceiro-mundistas e subalternas – seus avanços no campo dos direitos, e as duas outras posições do feminismo descolonial, qual sejam, a de que ou a intrusão europeia *criou* ou *rearticulou radicalmente* a noção de gênero para os povos ameríndios, o que se sobressai não é a dicotomia *criação/rearticulação* no interior do feminismo descolonial, mas sim sua divergência irreconciliável com o feminismo branco e eurocentrado que ao ignorar, como se disse, a colonialidade de gênero, ignora também o padrão colonial de poder em si, presumindo que a Modernidade pode transferir às demais mulheres – de cor, terceiro-mundistas e subalternas, as quais, aliás apenas são concebidas como “demais”, porque dentro desse epistema a categoria “mulher” assinala necessariamente as brancas, europeias, preferencialmente burguesas, hétero e cissexuais - seus avanços no campo dos direitos. Tal presunção equivale a afirmar que a Modernidade pode dar com uma mão aquilo que tirou e tira com a outra, já que a própria Modernidade, como se viu, a partir da teoria de Aníbal Quijano, é a contraface do processo colonial, eis que surge como um novo modo de produzir sentido à experiência, a partir das relações materiais de produção, sob a hegemonia do Capital-salário.

Portanto, mais do que encerrar o debate no interior do feminismo descolonial a respeito da aludida dicotomia entre a hipótese que sustenta a natureza criativa da colonialidade de gênero e aquela que sustenta a natureza rearticuladora das relações já existentes de gênero pelo padrão colonial de poder, isto é, a asserção de que a categoria gênero é inteiramente alienígena para os povos ameríndios ou a asserção que reconhece naquelas sociedades um patriarcado ancestral ou “de baixo impacto”, importa pôr em relevo a irreconciliabilidade entre os feminismos descoloniais e aqueles hegemônicos, brancos e eurocentrados, esmiuçando as limitações teórico-práticas desses últimos. Afinal, conforme nos brinda Segato, apesar das divergências do feminismo descolonial a respeito da natureza da colonialidade de gênero, ambas as posições têm em comum, no entanto, o fato de que não consideram “nem eficaz nem oportuna a liderança do feminismo eurocêntrico.” (SEGATO, 2012).

## **Capítulo 2 – Focos de patriarcalidade estatal e alternativas para a despatriarcalização**

### ***2.1 – A urgência de uma reforma política feminista***

A representação política é, indubitavelmente, um dos mecanismos pelo qual o poder e a hegemonia masculina se convertem em poder estatal, uma vez que enquanto as mulheres encontram grande dificuldade para obter representatividade política, as lideranças masculinas revelam-se pouco sensíveis à inserção de pautas feministas e do debate de gênero no cenário político. Historicamente, como era de se esperar, parlamentares masculinos se mostraram mais propensos à oposição ou à indiferença em relação a pautas centrais para as mulheres, tais como a descriminalização do aborto, políticas públicas de saúde integral para mulheres, licença maternidade, promoção da igualdade no trabalho, enfrentamento à violência de gênero, entre outras.

Por isso, o fortalecimento da participação feminina, com a eliminação da sistemática sub-representação política, com o combate aos estereótipos de gênero que privam a mulher das esferas decisórias e reforçam a dicotomia público-masculino/privado-feminino e com o empoderamento massivo das mulheres, revela-se não só um fim em si mesmo – o que por si só já seria suficiente para tornar essas medidas desejáveis –, mas também um importante meio para o avanço da agenda feminista e para a aprovação das reformas e dos instrumentos legais dos quais esse avanço depende.

Como vimos ao longo do primeiro capítulo, a intrusão europeia provocou, a partir da imposição das ficções de “gênero” e “raça”, articuladamente e através do processo de colonialismo, com intensa exploração econômica do continente americano, uma profunda reconfiguração do modo de vida dos indígenas. Essa reconfiguração atingiu inclusive sua organização política, instituindo-se, simultaneamente, uma noção hierarquizada entre masculino e feminino e público e privado: dicotomias que, articuladas, passaram a ser balizadoras da nossa organização política. Em outras palavras, a intrusão europeia desempoderou politicamente as mulheres, ao mesmo tempo em que dicotomizou o espaço público e o privado – anteriormente esferas que eram complementares, de contiguidade fluida,

interpenetrada, entrelaçada – relegando as mulheres ao espaço privado, ao mesmo tempo em que instituída a esfera pública como universal e necessariamente masculina. Daí em diante, o espaço privado – *locus* a que as mulheres foram condenadas – passou a ser tido como marginal e particular.

Como vimos, esse processo de desempoderamento da mulher pode ser descrito, em linhas gerais, em quatro etapas fundamentais: primeiramente, as divindades femininas são substituídas por divindades masculinas, depois, são destruídas as formas de governo tribal e as filosofias sobre as quais se instituem, em seguida, a população é expulsa de suas terras, privada dos meios de seu sustento, sendo forçada à recorrer às instituições sociais brancas para garantir sua sobrevivência, no seio das quais não há espaço para a ginocracia, eis que tais instituições requerem a dominação masculina, e, finalmente, a estrutura de clã, mais comunitária, baseada no politeísmo, na complementariedade dos gêneros e no ginocentrismo não-autoritário, é necessariamente substituída pela dominação masculina exercida no interior e por intermédio da família nuclear.

Lugones, em seu artigo “Colonialidad y género”, referindo-se a pesquisas realizadas por Paula Gunn Allen, menciona:

Entre as características da sociedade indígena condenadas à destruição, se encontrava a estrutura social bilateral complementária; o entendimento de gênero, e a distribuição econômica que costumava seguir um sistema de reciprocidade. Os dois lados da estrutura social complementaria incluíam uma chefe interna e um chefe externo. A chefe interna presidia a tribo, a comunidade e o grupo, ocupando-se de manter a harmonia e administrar assuntos internos. O chefe indígena masculino presidia as mediações entre a tribo e os que não pertenciam a ela. (2008, p. 18)<sup>5</sup>

Mais adiante, Lugones afirma que “o colonizador branco construiu um força interna nas tribos cooptando os homens colonizados a ocupar papéis patriarcais” (2008, p.18).

Desse modo, vê-se que a privação da mulher dos espaços de poder e das esferas decisórias tem relação direta com a implementação do padrão colonial de

---

<sup>5</sup> Tradução nossa. Originalmente, lê-se: Entre las características de la sociedad indígena condenadas a la destrucción, se encontraba la estructura social bilateral complementaria; el entendimiento del género; y la distribución económica que solía seguir un sistema de reciprocidad. Los dos lados de la estructura social complementaria incluían una jefa interna y un jefe externo. La jefa interna presidia la tribu, la villa o el grupo, ocupándose de mantener la armonía y administrar asuntos internos. El jefe macho rojo, presidia las mediaciones entre la tribu y los que no pertenecían a ella (2008, p. 18)

poder, sendo peça fundamental do sucesso desse modelo de poder global, razão por que, inversamente, o enfrentamento à sub-representação política da mulher é, simultaneamente, um meio de despatriarcalização e descolonização do Estado.

Mais ainda, conforme sustentando anteriormente, é preciso destacar que a reforma política que permita a ampliação da participação política feminina abrirá caminho para outras reformas indispensáveis à melhoria da condição de vida da mulher, não sendo um fim que se esgota em si mesmo, mas constituindo-se em um meio para novos avanços nos campos dos direitos das mulheres. Prova disso é que no processo de fortalecimento e ampliação da representatividade das mulheres na política que leis e políticas que asseguram mais direitos às mulheres e reduzem as desigualdades sexuais são aprovadas e postas em prática, ao redor do mundo. Os exemplos disso são numerosos e elucidativos: na Austrália, por intermédio de políticas afirmativas visando ampliar a representatividade feminina no parlamento, os dois principais partidos – Partido Trabalhista e Partido Liberal – conseguiram, entre os anos de 1994 e 2009, aumentar para, respectivamente, 37,6% e 22,7% a representatividade feminina entre seus parlamentares. Foi nesse mesmo período, naquele país, que foram aprovadas reformas dos direitos reprodutivos em diversos estados e territórios, assim como foram implementados programas de saúde da mulher, educação para mulheres adultas, leis contra a violência doméstica, práticas de licença parental e legislação de equidade remuneratória.

Documento escrito por “*United Nations Development Programme (UNDP) Staff*”, denominado “Empoderando As Mulheres para Fortalecer Os Partidos Políticos: Um Guia para Promover a Participação Política das Mulheres – Parte B: estudos de caso”, de 2013, argumenta que a presença das mulheres em posições de poder mudou as prioridades legislativas e se no passado essas questões eram “vistas como ‘questões femininas’, elas agora são consideradas políticas sociais relevantes para toda a sociedade australiana e tratadas como tal.” (p. 64).

De maneira similar, os esforços envidados pela África do Sul para aumentar a participação feminina no parlamento, através de cotas partidárias voluntárias, que entre 1994 e 2004 era de 30% das listas para as eleições do Congresso Nacional Africano (ANC – *African Nacional Congress*) e em 2009 alcançaram 50%, colocando a África do Sul em 3º lugar no ranqueamento mundial dos países com maior representatividade parlamentar feminina, com 40% dos membros do ANC,

redundaram na aprovação de leis como a Lei da Manutenção ou Apoio Infantil, Lei da Igualdade no Emprego, Lei Contra a Violência Doméstica e Lei do Aborto. O mesmo se pode dizer de Ruanda, que através de seu processo de reconstrução pós guerra civil (1991) e genocídio (1994), tornou-se o primeiro país do mundo a obter uma maioria de mulheres na câmara baixa do parlamento (2008, 56%), obtida através dos esforços nacionais e internacionais, bem como através da constitucionalização de cota partidária, em razão do que, revela o aludido documento de *United Nations Development Programme (UNDP) Staff*, “vários instrumentos legais em Ruanda podem ser atribuídos aos altos níveis de representação feminina e ao fortalecimento do Fórum das Mulheres Parlamentares”, dentre eles “a lei de herança e sucessão (1999), a lei de proteção à criança (2001) e a lei contra a violência com base no gênero (2008).” (p.118).

Claro está que a ampliação da participação feminina na política não apenas corrige de maneira direta as distorções da distribuição desigual de poder e representação entre homens e mulheres, mas também conduz a reformas legais que realizam uma maior justiça de gênero, corrigindo desigualdades históricas e os mecanismos pelos quais elas se reproduzem, ao colocar em destaque questões centrais de cidadania, direitos humanos e políticos e políticas públicas, que frequentemente são desprezadas pelos parlamentares homens. Em outras palavras, a baixa representatividade feminina não é apenas uma *expressão* da desigualdade entre homens e mulheres, mas uma forma pela qual essa desigualdade se reproduz.

Nos dizeres de Marlise Matos, o Estado, também a partir da sub-representação política das mulheres,

[...] acaba ficando também responsável por facilitar ou por bloquear determinadas agendas, assim como por oportunizar o desenvolvimento político de determinados grupos (antigos ou novos) em seu seio, em detrimento de outros. (2014, p. 16)

Considerando que já abordamos as origens da sub-representação política das mulheres e as possíveis vantagens de sua eliminação, é preciso que passemos a discutir os meios pelos quais esse padrão de distribuição de poder político pode ser superado. Nesse sentido é que se apresenta a urgência de uma reforma política atrelada a um profundo debate de gênero.

O Brasil adota um sistema eleitoral majoritário, para Senador da República, Presidente da República, Governadores da República e Prefeitos e proporcional

para a eleição de Deputados e Vereadores, sendo que as listas para a apresentação desses últimos são abertas.

Daniela Leandro Rezende e Mariana Pandrini Assis (2014) apontam que o sistema proporcional é mais favorável às minorias, ressalvando, no entanto, que

[...] a representação proporcional, combinada à lista aberta e ao número de candidatos que é facultado aos partidos apresentar (até 150% do número de vagas disponíveis), é extremamente danosa à representação de mulheres (bem como de outras minorias políticas).

Isso porque o sistema de listas abertas, mormente com o grande número de candidatos que é facultado aos partidos apresentar, conforme dito, 150% do número de vagas disponíveis, tende a irracionalizar a disputa, diminuindo a unidade programática do partido, acirrando a concorrência intra-partidária e fragilizando a relação entre o eleitorado e os partidos políticos, o que torna a escolha do candidato uma escolha mais emocional e, portanto, suscetível ao machismo, racismo, homo/lesbo/transfobia que permeiam o imaginário popular e o senso comum, favorecendo a eleição de candidatos homens, brancos, hétero e cissexuais.

Não é, no entanto, um consenso de que o sistema proporcional seja o mais indicado para promover a participação feminina. Há quem sustente, conforme lembram Rezende e Assis, que a representação distrital poderia converter-se em uma estratégia útil na medida em que tenda a reduzir o número de partidos e racionalizar a disputa eleitoral, dois resultados desejáveis para a reforma política que tenha como objetivo deliberado aumentar a justiça de gênero (2014). No entanto, ao mesmo tempo que a representação distrital tende a diminuir o número de partidos, também tende a concentrar os esforços de cada partido em um ou uns poucos candidatos por distritos, geralmente aqueles que tem mais “possibilidade de elegerem-se”. Isso tende a dificultar o ingresso da mulher na política, já que esses candidatos em quem os partidos concentram seus esforços são geralmente homens, brancos, héteros e cissexuais, com vasto *curriculum* político e frequentemente concorrendo à reeleição.

Adquire relevo também a definição do tipo de lista utilizado. Segundo Rezende e Assis

[...] a maioria dos países que foram bem-sucedidos na ampliação do percentual de mulheres eleitas adota listas fechadas, combinadas com um ordenamento dos/as

candidatos/as que obedece a algum critério de gênero, garantindo a alternância entre homens e mulheres, o que impede que as mulheres sejam relegadas às últimas posições na lista, diminuindo suas chances reais de serem eleitas. (2014)

Embora a lista fechada elimine a competição entre os candidatos e candidatas do mesmo partido e fortaleça o vínculo entre o eleitorado e o partido político, esse processo torna crucial uma reflexão cuidadosa acerca dos processos que determinarão a composição da lista:

[...] os candidatos e candidatas (e suas posições na lista eleitoral) serão indicados/as pelas lideranças partidárias ou o processo de seleção será baseado em prévias ou convenções partidárias? Percebe-se, pois, que o grau de democracia interna dos partidos passa a ser um elemento-chave para garantir a inclusão de minorias. (REZENDE E ASSIS, 2014)

Mais ainda, além de definir o sistema eleitoral, é importante discutir as regras de captação e distribuição de recursos nas campanhas eleitorais: o modo de financiamento, a divisão dos recursos partidários e do tempo de TV e rádio, todas essas questões se tornam centrais para a superação da sub-representação política feminina, razão por que qualquer reforma política que pretenda redistribuir o poder político na nossa sociedade terá de enfrentar tais temas com seriedade e profundidade.

A Lei 9.504/97 deu importante passo em direção à ampliação da participação feminina, ao definir, em seu artigo 10, §3º, que “do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá preencher o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”, instituindo, portanto, as cotas de gênero. Posteriormente, a Lei 12.034, de 2009, introduziu alteração nesse dispositivo, de modo que, onde lia-se que cada partido ou coligação deverá preencher o mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, passou-se a ler “preencherá”. A intenção parece a de reforçar a importância da participação feminina na política.

Entretanto, o sistema de listas abertas, principalmente considerando o grande número de candidatos que é facultado a cada partido/coligação apresentar, e a ausência de um critério que garanta equidade de gênero na distribuição dos recursos de campanha, tais como tempo de TV e rádio e recursos financeiros, tem contribuído para que essas candidatas encontrem grande embaraço em

efetivamente elegerem-se, muitas vezes tornando o dispositivo descrito no art. 10, §3º da Lei 9.504/97 um dispositivo *pro forma*.

As cotas são uma estratégia interessante para ampliar a representação política das mulheres e podem ser introduzidas em listas fechadas, que deverão obedecer a algum critério de gênero; através de eleições apartadas, com a reserva de vagas parlamentares, ou, como é feito atualmente no Brasil, através de preenchimento compulsório de um mínimo de candidaturas femininas, nas listas abertas. Todas as estratégias envolvem alcances e limites: a reserva de vagas parlamentares, apesar de realmente sanar rapidamente o déficit de representatividade política feminina, muitas vezes envolve um processo de profunda desresponsabilização dos partidos políticos e da sociedade civil para com o empoderamento político das mulheres, já que o mecanismo sana artificialmente um déficit que corresponde a relações de poder muito mais estruturantes da nossa sociedade. Por outro lado, o mero preenchimento de percentual mínimo de candidaturas femininas em listas abertas, sem qualquer critério de divisão equitativa dos recursos de campanha, resulta em uma medida quase sempre *pro forma*, já que essas candidatas mulheres dificilmente recebem o apoio e os recursos de que precisam para efetivamente elegerem-se. Basta observarmos as listas dos candidatos menos votados em cada eleição brasileira, para cargos legislativos: invariavelmente no topo dessas listas estão as mulheres.

A questão da divisão de recursos para as campanhas eleitorais se torna tanto mais crucial para as mulheres na medida em que o poder econômico sói ser o fiel da balança em nosso sistema eleitoral. Isso porque nosso sistema permite doações privadas de pessoas jurídicas e naturais e tem se destacado por uma escalada brutal dos gastos de campanha.

Portanto, uma discussão séria sobre combate à sub-representação política feminina não pode ser travada desvinculadamente de uma discussão sobre o significado de abuso do poder econômico para fins eleitorais: isto é, é preciso redefinir radicalmente esse conceito, colocando em xeque até que ponto é ético, justo e democrático que diferentes candidatos disponham de tão díspar acesso a recursos de campanha; é preciso redefinir o sentido de paridade de armas no jogo



democrático. Daí emerge, sem dúvidas, a questão do financiamento exclusivamente público de campanha que, sem dúvidas, beneficiaria sobremaneira as mulheres e demais minorias, já que só assim teriam acesso equânime a recursos eleitorais.

Apesar de sua gritante sub-representação política, as mulheres tiveram, historicamente, no Brasil, papel central na aprovação de uma série de leis progressistas, através de alianças táticas, de *lobby* e de pressão política, que exerciam tanto desde fora do Legislativo, como desde dentro. Recuperar a memória dessas ações permite-nos perceber o quanto uma ampliação da participação feminina pode colocar-nos em uma rota de rápidas e estruturais reformas, que possibilitariam o aprofundamento da democracia, a valorização e garantia de direitos humanos e a correção de desigualdades históricas, já que, apesar de sua sub-representação, as mulheres foram peças chave nos principais avanços que já houve nesse sentido.

Conforme nos aponta Marlise Matos (2014, p.45), no período da Assembleia Nacional Constituinte as mulheres organizaram-se, fazendo o dito “lobby do batom”, além de terem constituído um bloco suprapartidário de parlamentares, cujo resultado foi a aprovação de cerca de 80% das demandas do movimento feminista. A autora aponta que as mulheres, através do lobby e do bloco parlamentar de gênero, foram o setor organizado da sociedade civil que mais conseguiu vitórias. Já em 1994 e 1995, as mulheres conseguiram, à revelia do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, que estava, à época, em mãos conservadoras, elaborar e aprovar, via Ministério das Relações Exteriores, mediante amplo debate com o movimento feminista, documento oficial, que foi apresentado em Beijing/Pequim, ao passo que o Brasil tornou-se signatário, sem ressalvas, da Plataforma de Beijing.

Entre 1995 e 1997 o movimento feminista conseguiu nova vitória, com a aprovação das cotas eleitorais para mulheres. Inicialmente as cotas eram de 20%, a teor da Lei 9.100/95, tendo subido para 25% em 1998 e finalmente para o mínimo de 30%, com o advento da Lei 9.504/97 (que não poderia ser aplicada ao pleito de 1998, por força dos princípios do Direito Eleitoral).

Em 2002, as mulheres conseguiram pressionar o Estado brasileiro para que apresentasse, pela primeira vez, relatório especificando as ações desenvolvidas

para o combate à desigualdade de gênero, atendendo ao art. 18 do Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, o CEDAW. Ao mesmo tempo, o movimento feminista apresentou relatório alternativo, envolvendo a participação de 13 redes nacionais e mais de 400 entidades.

Também a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, em 2003, foi resultado de pressão direta do movimento feminista. Já em 2004, o movimento feminista conseguiu criar uma série de consensos mínimos, que foram entregues a todos os candidatos, na forma de Plataforma Política Feminista, que passou a ser baliza das lutas feministas. Em 2004, 2007 e 2011, conquistaram a realização de Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, que culminaram na aprovação de Planos Nacionais de Políticas para Mulheres. Em 2006, o movimento feminista conquistou a aprovação da Lei Maria da Penha, marco legal internacional no combate à violência doméstica. Em 2007, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lança o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, como resultado dos debates travados no interior do movimento feminista sobre a centralidade do combate à violência doméstica.

Em 2011 e 2014 o movimento feminista consegue nova vitória, com o reconhecimento da união estável homoafetiva, pelo STF, bem como com a aprovação de resolução sobre o casamento civil homoafetivo, aprovada no âmbito do CNJ. Finalmente, em 2013, o movimento feminista consegue novo avanço com a aprovação da PEC das Empregadas Domésticas.

Como se vê, apesar da enorme sub-representação política feminina, as mulheres conseguem se apresentar como um grupo forte, organizado e vitorioso, que tem conseguido exigir e levar a cabo uma série de alterações legislativas e reformas, profundamente comprometidas com direitos humanos, correções de desigualdades históricas e aprofundamento da democracia. Se as mulheres conseguiram fazê-lo apesar de sua sub-representação, resta claro que uma reforma política que comprometa-se a combater e dismantelar as relações de poder e os mecanismos pelos quais a sub-representação se replica padronizadamente, eleição após eleição, além de corrigir, em si mesma, uma desigualdade intolerável, abrirá

caminho para o avanço de pautas progressistas e para uma série de reformas urgentes e indispensáveis.

## **2.2 – A descriminalização do aborto**

Atualmente, no Brasil, a prática de aborto é tipificada pelo art. 124, do Código Penal, no capítulo de crimes contra a vida, sendo albergado pelo instituto de excludente de ilicitude, nos termos do art. 128 do CP, o aborto necessário ou terapêutico – aquele em que a prática do aborto é indispensável para a conservação da vida da gestante -; o aborto humanitário, ético ou sentimental, isto é, aquele praticado quando a gravidez resultar de estupro e, desde o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da ADPF 54, do Distrito Federal, o aborto de fetos anencéfalos.

Na América Latina como um todo, a prática de aborto é geralmente criminalizada, autorizando-se o aborto necessário ou terapêutico na Argentina, no Brasil, Bolívia, Colômbia, Cuba, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela; o aborto humanitário na Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Cuba, Peru e Uruguai; o aborto em decorrência de má-formação fetal no Brasil, Colômbia, Cuba e Uruguai. Nenhum dos países latino-americanos que criminalizam a prática prevê excludentes de ilicitude para o abortamento por motivos sócio econômicos. Apenas Cuba e Uruguai autorizam o abortamento livre e imotivado, o primeiro país até a décima semana de gravidez e o segundo até a décima segunda, para as gravidezes frutos de relação consentidas e décima quarta semana, para as gravidezes originadas de estupros.

Globalmente falando, a criminalização ou não do abortamento diz respeito a uma relação claramente norte-sul, em que os países do eixo norte autorizam a prática e os do eixo sul criminalizam-na em maior ou menor grau, com maiores ou menores exceções.

No eixo norte, o processo de descriminalização concentra-se em torno da década de setenta, embora já em 1938 a Suécia, por exemplo, já houvesse descriminalizado a prática. Em 1967, a Inglaterra, Escócia e País de Gales aprovam a descriminalização do aborto. Em 1972, a Alemanha Oriental aprovou a descriminalização do aborto, enquanto a Alemanha Ocidental apenas a aproaria em 1974, embora o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha tenha considerado tal

prática inconstitucional, reprimando a lei criminalizatória anterior, pouco após. Por conta disso, apenas em 1992, após a reunificação, o aborto passou a ser legal em toda a extensão do território alemão.

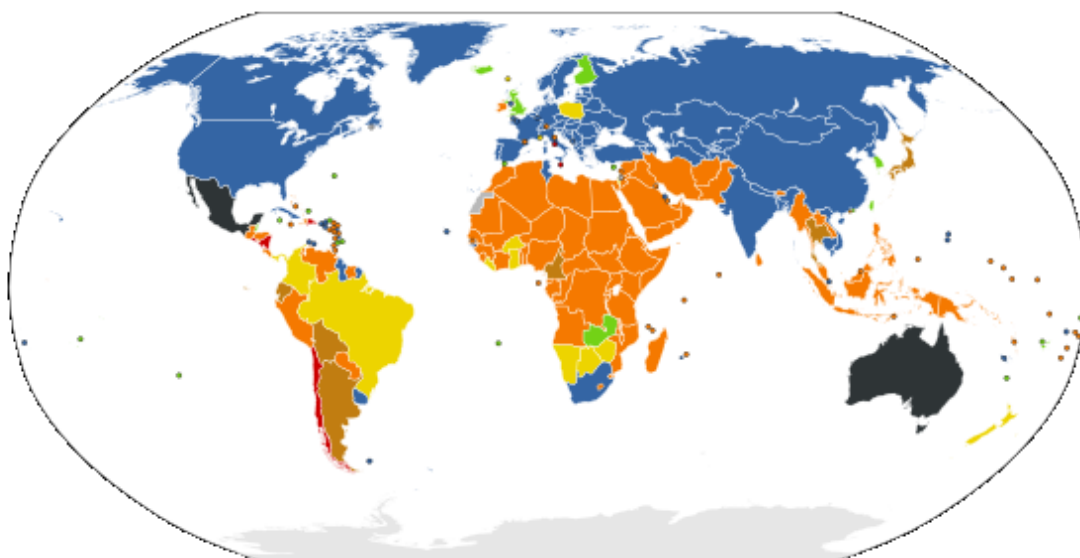
Em 1973, Canadá e EUA – em *Roe v. Wade* – descriminalizam o abortamento. Em 1975 é a vez de Islândia, Áustria e França. Na França, aliás, esse processo foi induzido por grandes pressões sociais, principalmente do movimento feminista, que, em 1973, lançou o Manifesto das 343, em que 343 mulheres – dentre elas personalidades como Simone de Beauvoir, Catherine Deneuve, Jeanne Moreau, Marguerite Duras, Françoise Sagan, entre outras – confessavam ter cometido aborto, sujeitando-se às penas da lei e à perseguição penal, que, claro, nunca veio. Em outras palavras, as 343 signatárias daquele manifesto impeliavam o Estado ou a prendê-las todas – o que certamente não ocorreria e, de fato, não ocorreu – ou a admitir que a criminalização do abortamento é ineficaz – já que não impede a prática em si – e prejudicial – já que afasta essas mulheres do atendimento médico e do aborto seguro.

Já em 1977 a Nova Zelândia aprova a descriminalização da prática e, logo após, em 1978, quem o faz é a Noruega, autorizando o aborto até a décima segunda semana de gravidez, imotivadamente, substituindo legislação de 1975, em que a prática era autorizada por motivos sócio-econômicos, desde que aprovada por uma junta médica. Finalmente em 1985, Espanha aprova lei semelhante, descriminalizando inteiramente a prática em seu território.

Ora, o mapa a seguir, não deixa dúvidas de que a criminalização ou não da prática abortiva ao redor do globo diz respeito a uma relação norte-sul, pondo em relevo a colonialidade não só das relações de gênero, conforme amplamente discutida, mas principalmente da patriarcalidade estatal. No mapa, as regiões em azul correspondem aos países em que o aborto é legal e imotivado; as regiões em verde dizem respeito aos países em que o aborto é ilegal, salvo se realizado em casos de risco à vida da mãe, problemas de saúde física ou mental, estupro/violação, defeitos no feto e/ou fatores socioeconômicos; as regiões em amarelo correspondem aos países em que o aborto somente é possível em casos de risco à vida da mãe, problemas de saúde física ou mental, estupro/violação e/ou defeitos no feto; as regiões em marrom (escuro) são aquelas em que o aborto é ilegal, exceto em casos de risco à vida da mãe, problemas de saúde física ou

mental, e/ou estupro/violação; as regiões em laranja são aquelas em que a prática é ilegal, salvo se exeto houver risco à vida da mãe e/ou problemas de saúde física ou mental; nas regiões em vermelho o aborto é inteiramente ilegal e nas regiões em preto há significativas variações no tratamento da matéria no interior do mesmo Estado. Não há informações sobre as regiões assinaladas em cinza claro.

Mapa 1 – Mapa da legislação sobre aborto no mundo



Fonte: Wikipédia <sup>6</sup>

Entretanto, a fim de compreender plenamente o significado dessa colonialidade da patriarcalidade estatal e da criminalização do aborto, é preciso investigar o significado da criminalização em si, para só então entender o significado da persistência desse fenômeno nos países do eixo sul, mesmo quando a descriminalização no eixo norte completa em média quatro décadas.

Nos países onde a prática de abortamento é descriminalizada, o prazo máximo para a realização do procedimento varia, em média, entre até a décima semana e até a vigésima semana gestacional. Isso porque enquanto a nidação – fixação do embrião na parede do útero – ocorre em torno do décimo quarto dia, o aparecimento das primeiras estruturas que darão origem ao Sistema Nervoso Central apenas se dá a partir da oitava semana gestacional, completando-se a formação do SNC apenas em torno da vigésima semana gestacional. Mesmo assim até a vigésima ou

<sup>6</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Legisla%C3%A7%C3%A3o\\_sobre\\_o\\_aborto](http://pt.wikipedia.org/wiki/Legisla%C3%A7%C3%A3o_sobre_o_aborto). Acesso em 23 de setembro de 2014.

vigésima quarta semana gestacional o feto ainda não tem pulmões, não tendo, portanto, qualquer capacidade potencial de sobreviver autonomamente fora do útero. Embora seja difícil, para além do fundamentalismo religioso, traçar uma linha exata de onde começa a vida, a embriologia e a neurologia fornecem balizas importantes para traçar um gradiente com base em que se deve realizar o sopesamento face a colisão do direito à vida do feto e da autonomia da gestante.

Ora, a maioria dos países do eixo sul, mesmo os que penalizam duramente a prática, reconhecem que sob certas circunstâncias o direito à potencial vida do feto deve ser mitigado, prevalecendo a autonomia da gestante, não fosse isso, não autorizariam a prática abortiva em caso de risco à saúde ou vida da mãe, por motivos humanitários, sócio-econômicos ou psicológicos. A disputa política é, então, em torno de quais situações são essas a serem reputadas suficientemente relevantes para que a autonomia da gestante prevaleça sobre a vida potencial do feto. Ou, para dizê-lo de outro modo, quão jurídica e politicamente relevante é a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo.

Para aqueles países em que a prática é completamente descriminalizada – geralmente entre até a décima ou vigésima semana gestacional – a mera manifestação volitiva da gestante, ainda que imotivada, reveste-se de relevância política suficiente para justificar a prevalência da autonomia da mulher sobre o potencial direito à vida do feto em gestação. Significa que o Estado não se dá ao direito de manter o monopólio do controle das situações em que, em tese, o aborto se justificaria, legando à mulher – de fato e de direito- a possibilidade de decidir se quer ou não praticar um aborto.

Já na maioria dos Estados em que o aborto é criminalizado, não significa, contudo, que o aborto não seja praticado não só de fato – como sustentam a maioria das feministas -, mas também de direito – isto é, legalmente praticado, já que a legislação que criminaliza o aborto quase sempre prevê hipóteses excludentes de ilicitude, mas sim que o Estado detém o monopólio de dizer às mulheres quando, como e por que motivos estão autorizadas a praticar o aborto, retirando-lhes a possibilidade de decidir sobre seu próprio corpo. Em outras palavras, criminalizar o aborto não significa obstá-lo – nem de fato nem de direito -, mas sim regulamentá-lo e legar o poder de decidir sobre o corpo alheio ao Estado e à patriarcalidade que se manifesta e se reproduz por intermédio dele.

Ora, não se trata apenas do fato de que a criminalização do aborto não *consegue* impedir a prática abortiva, mas sim do fato de que a criminalização não *pretende* impedir a prática abortiva, mas sim colocar o poder de decidir se, *como e em quais situações* essa prática abortiva pode se dar, longe das mãos das próprias mulheres.

Isso fica mais claro quando percebemos que mesmo quando o Estado renuncia à prerrogativa de tomar essa decisão ou mesmo de regular as circunstâncias em que tal decisão pode se dar, os demais atores sociais ainda se digladiam pela titularidade de tal controle, tentando mantê-lo ainda afastado das mãos das próprias mulheres.

Nesse sentido, a análise do caso *Planned Parenthood of Central Missouri v. Danforth*, julgado pela Suprema Corte Norte-americana, em 1976, revela-se instrutiva. Julgado cerca de três anos após a descriminalização do abortamento, que se deu em *Roe v. Wade*, em *Planned Parenthood of Central Missouri v. Danforth* discutiu-se a constitucionalidade do estatuto de Missouri que regulava os procedimentos abortivos, o qual exigia da gestante que exerce a faculdade legal de realizar um aborto no primeiro trimestre gestacional o consentimento do cônjuge, por escrito. Em outras palavras, estava *sub judice* a constitucionalidade de outorgar ao cônjuge poder de veto sobre o aborto de sua esposa.

A Suprema Corte americana então entendeu que, *porque* o Estado não detinha a faculdade de proibir a prática abortiva no primeiro trimestre gestacional, tampouco o cônjuge varão detinha tal faculdade. A transcrição é claramente enriquecedora: “The state cannot delegate to a spouse a veto power which the state itself is absolutely and totally prohibited from exercising during the first trimester of the pregnancy” (*Planned Parenthood of Central Missouri v. Danforth*, 428 U.S. 52,69 – 1975).

O trecho não apenas confirma a hipótese de que o poder estatal e o poder dos homens está íntima e perniciosamente ligado, mas delata o fato de que o Estado – apesar de suas promessas de impessoalidade e republicanismo – está plenamente ciente dessas relações íntimas, perniciosas e inadmissíveis entre o seu próprio poder e o dos homens. Ao afirmar que a razão pela qual o cônjuge não pode vetar o aborto de sua esposa se dá pelo fato de que o Estado mesmo não tem a prerrogativa de fazê-lo e, com isso, afirmar que, tivesse, o Estado, tal poder, poderia

transmiti-lo ao marido, ao homem, à figura masculina, isto é, ao espontaneamente considerar a noção de delegabilidade do poder estatal ao homem, a máquina estatal confessa que há, entre ela e os homens, uma via pela qual o poder pode transitar, transmitir-se. Há, portanto, confessa a Suprema Corte Americana, mecanismos pelos quais o poder estatal – (supostamente) democrática e constitucionalmente instituído e exercido – converte-se em poder masculino, nada impedindo que o inverso – a conversão do poder masculino em estatal – também seja verdadeiro.

Mais do que isso, o julgado também deixa transparecer que a criminalização do aborto – a prerrogativa, o poder do Estado de vetar o aborto alheio – é um desses mecanismos pelos quais torna-se possível a transmissão de poder estatal à mão dos homens e, quiçá, vice-versa.

Ora, considerando-se essas três principais premissas: primeiro, a de que a situação jurídica do aborto está distribuída no mapa de tal forma que os países colonizadores não criminalizam-no e os colonizados criminalizam-no; segundo, a de que a criminalização do aborto não pretende impedi-lo nem de fato, nem de direito, senão regulá-lo e colocar o monopólio dessa regulamentação nas mãos do Estado, que poderá dizer quais mulheres, por quais motivos e sob que circunstâncias poderão abortar, e, por último, a de que a criminalização (regulamentação estatal?) do aborto é um dos pontos em que poder masculino e estatal se tocam, podendo ser convertidos de um a outro, qual, então, é o sentido colonial da criminalização do aborto e como ela afeta/constitui – ao regular quais mulheres, por quais motivos e sob que circunstâncias poderão abortar – a conversão do poder masculino em estatal e também seu oposto, nos países colonizados?

Se a colonialidade do poder é um padrão de poder não meramente por ter origens coloniais, mas por ter, desde o séc. XV, elementos constantes e estruturantes, isto é, se ela é um padrão atual, que existe e continua se reproduzindo ainda hoje, então a criminalização do aborto no eixo sul, nos países colonizados, não se trata de um relíquia prestes a ser superada pela evolução natural das ciências jurídicas, mas sim de um dos pilares estruturantes da colonialidade da patriarcalidade estatal e, por conseguinte, do padrão colonial de poder. Ora, conforme nos lembra providencialmente María Lugones, nenhum dos elementos que constituem o modelo capitalista eurocentrado e colonial pré-existe aos processos que constituem esse padrão de poder, embora a apresentação



mítica/metafísica desses elementos como pré-existentes – e a consequente dicotomia primitividade/avanço - seja um aspecto importante desse modelo mesmo (LUGONES,2008, p. 79).

Sendo assim, a descriminalização do aborto nos países do eixo norte não pré-existe à criminalização da conduta no eixo sul, senão depende dela, travando uma relação simbiótica, em que a criminalização do abortamento no eixo sul corresponde a uma necessidade – indissociavelmente - do patriarcado, do capitalismo global e eurocentrado e do padrão colonial de poder.

A criminalização do aborto não é apenas um processo em que o Estado diz quais mulheres, por quais motivos e sob que circunstâncias poderão abortar, mas sim um processo em que o padrão colonial de poder, capitalista, patriarcal, racista e eurocentrado, determina quais Estados dirão a quais mulheres, quais motivos e sob que circunstâncias poderão abortar, ao mesmo tempo em que cria as condições para que o Estado delegue determinados poderes a determinados homens, engendrando um ponto de contato entre poder estatal e o poder de determinados homens – presumidamente heterossexuais, brancos, cissexuais e provenientes dos extratos sociais mais abastados, já que a categoria “homem” mesmo assinala necessariamente esse tipo de homem – em que o poder de um se converte no poder do outro e vice-versa.

O resultado disso não poderia ser outro, senão o fato de que a mortalidade materna em decorrência da prática abortiva afeta desigualmente mulheres negras e brancas, ricas e pobres, da mesma maneira que afeta desigualmente mulheres de países colonizadores e colonizados.

## Considerações Finais

O presente trabalho procurou compreender de que maneira a hegemonia masculina se expressa, reforça e reproduz através do aparato estatal nos países latino-americanos, levando em consideração seu processo de formação histórico, sua dependência econômica, política e epistêmica e as relações coloniais de poder que atravessam e constituem esses aparatos estatais, para, então, propor alternativas políticas aptas a romper os mecanismos e processos pelos quais poder masculino e poder estatal constituem relação simbiótica, que condena a mulher à subordinação, ao silenciamento, à superexploração e ao desempoderamento. É preciso, portanto, primeiramente, responder claramente o que é o poder estatal; como as mulheres são afetadas por ele; o que é a lei/o Direito para as mulheres; como a lei/ o Direito funcionam para legitimar o poder/hegemonia masculina; se a lei/ o Direito podem ajudar as mulheres; se a lei/ o Direito podem modificar o seu *status*; se a forma como a lei/ o Direito são utilizados faz diferença; qual o papel do Estado na política sexual; se o Estado é em algum grau autônomo do interesse dos homens ou uma expressão integral desses interesses; como o poder/ a hegemonia masculina se convertem em poder Estatal; se uma outra relação entre Estado e sociedade, como por exemplo, sob o Socialismo, faria diferença; se a hegemonia masculina/ masculinidade é inerente ao Estado em si, e o que é o Estado do ponto de vista das mulheres, na esteira do que propõe MacKinnon.

Mas apenas isso não bastaria, ou, pelo menos, não seria suficiente para a compreensão das idiossincrasias da América Latina e seu complexo e sangrento processo de formação. Foi, então, preciso desvendar de que maneira o modelo de família patriarcal, europeia, cristã, heteronormativa e cisnormativa, perfeitamente entrelaçada ao modo de produção capitalista, dentro do epistema moderno/colonial chegou a ser hegemônico no continente americano, substituindo, mediante sistemática violência, o modo de vida dos indígenas pré-colombianos, criando estruturas de poder que tem sido constantes, desde o século XV, do presente padrão global de poder. Só a partir dessa compreensão é possível interrogar qual o papel do Estado nesse processo – desencadeado, como vimos, a partir da imposição das ficções de “raça” e “gênero”, como chaves conceituais aptas a

justificar a subjugação e a exploração que permitiu a acumulação de capital necessária ao desenvolvimento do capitalismo, sob a hegemonia do capital salário, mas perfeitamente atrelado a outras formas mais nefastas, generizadas e racializadas, de exploração da mão-de-obra – culminando na consolidação da colonialidade do poder como forma de dominação global e anverso indissociável da própria Modernidade.

Em outras palavras, foi preciso perguntar-se como e por que o Estado na América Latina garantiu e garante a hegemonia masculina, a despeito de suas promessas de igualdade, liberdade, justiça e republicanismo.

Engels, em sua célebre obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1884), já associa o surgimento do Estado com a consolidação da família nuclear heteronormativa e patriarcal, bem como com a necessidade de garantir a acumulação de bens, mediante estatuto legal que a amparasse e monopólio da força que a garantisse. Assim, porquanto o Estado apresente a si mesmo como neutro no que se refere às relações de gênero, sua própria gênese o denuncia como intimamente ligado a uma determinada relação de hegemonia que se consolida com a família nuclear heteronormativa, cisnormativa, patriarcal e cristã, dentro do epistema eurocêntrico: a hegemonia do homem branco hétero e cissexual. Porquanto Engels desde então nos indique que existe uma relação muito íntima, perniciosa e escusa entre Capital, patriarcado e Estado, não é possível compreender completamente a patriarcalidade do Estado na América Latina apenas no interior do paradigma marxista, isso porque o marxismo falha em compreender a colonialidade como um padrão de poder global, central ao desenvolvimento do capitalismo na Modernidade.

Segundo a tradição marxista, a acumulação primitiva que permitiu ao capitalismo mobilizar os recursos suficientes ao seu próprio desenvolvimento se deu através da expropriação de enormes parcelas de terras europeias, em detrimento de seus pequenos proprietários, que se converteram em mão-de-obra ociosa e barata, passando a ser utilizada nas fábricas que surgiam justamente a partir desse processo de concentração de bens. Segundo, também, a tradição marxista, o trabalho assalariado é a forma de exploração da mão-de-obra por excelência, sob o Capitalismo. Essas duas premissas são, no entanto, apenas parte da verdade, ou aquilo que é claro e visível no processo de consolidação do capitalismo.

Por outro lado, essas premissas ignoram que a maior parte dos recursos utilizados para o desenvolvimento do capitalismo provieram de saques sistemáticos e violentos aos novos continentes, no processo de conquista. Sem a prata de Potosí ou do Plata, sem o ouro de Minas Gerais, sem as esmeraldas da Venezuela, sem o café, o açúcar, o chá e os tantos outros produtos retirados da América Latina, dificilmente o capitalismo disporia dos recursos necessários para promover os investimentos que promoveu em sua primeira fase de industrialização. Aliás, sem os metais preciosos latino-americanos, não haveria sequer recursos suficientes para monetarizar o mercado global e permitir a consolidação do comércio em escala nunca antes vista.

O segundo problema com o raciocínio marxista é que ele confunde a hegemonia do trabalho assalariado, isto é, a hegemonia Capital-salário, com a eliminação das outras formas de exploração da mão-de-obra. O capitalismo é um modo de produção em que o trabalho assalariado é forma de exploração de mão-de-obra hegemônica, mas não a única forma de exploração de mão-de-obra, como vimos. Pelo contrário, o Capitalismo combina e articula múltiplas formas de exploração de mão-de-obra, desde sua gênese até hoje, como a escravidão, a *encomienda*, a *mita*, o subemprego e o trabalho assalariado.

Como vimos também, o trabalho assalariado surgiu em algum ponto entre o século IX e XI, no Mediterrâneo coexistindo por pelo menos quatro séculos com as demais formas de exploração da mão-de-obra, de forma disjunta, não associativa, independente. Apenas a partir da colonização das Américas é que o trabalho assalariado passou despontar como a forma de exploração da mão-de-obra preponderante na Europa – o que explica por que o marxismo a considera preponderante no modo de produção capitalista como um todo, já que o marxismo é um paradigma eurocentrado e umbilicalmente ligado à Modernidade – e hegemônica, associando-se às outras formas de exploração da mão-de-obra já mencionadas, como a escravidão, a *encomienda*, a *mita* e o subemprego com o objetivo deliberado de produzir mercadorias para o mercado mundial.

Portanto, conforme destacamos, o trabalho assalariado é profundamente racializado e generizado e foi historicamente reservado aos homens brancos, héteros, cis e europeus, enquanto as demais formas de exploração da mão-de-obra,

ainda mais atrozes e predatórias, foram reservadas para os e as indígenas, os negros e negras, os asiáticos e asiáticas.

Vimos também que, além de rearticular os modos de produção, o processo de intrusão europeia no continente americano provocou uma radical reconfiguração das relações de gênero, o que se deu, aliás, de maneira inteiramente coordenada. Isso porque sem uma reconfiguração das relações de gênero, o sucesso de toda a empreitada, que dependia da capacidade europeia de destruir todo o modo de vida indígena e substituí-lo pelo epistema europeu, estaria em risco.

Se, como nos diz Quijano, a colonialidade do poder diz respeito às relações de dominação, exploração e conflito entre os diferentes atores sociais que disputam o controle de quatro âmbitos básicos da existência humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos (QUIJANO, 2002), a colonialidade de gênero – isto é, essa reconfiguração das relações de gênero segundo pressupostos intrínsecos à cultura europeia – é transversal a todos esses quatro “âmbitos básicos da existência humana”.

A imposição dos padrões europeus heteronormativos, cisnormativos e patriarcais de gênero alterou as relações sexuais, o trabalho, o *status* político e social da mulher e do homem e a subjetividade e intersubjetividade dos povos vitimados pela intrusão do colonizador branco.

Em termos sexuais, embora haja dissenso entre as feministas descoloniais a respeito da existência ou não de um patriarcado ancestral, anterior a intrusão europeia, há consenso de que a chegada do homem branco marcou uma brusca reconfiguração do *status* feminino e, por conseguinte, também do masculino. Conforme vimos, as práticas genéricas mais fluidas, tais como o reconhecimento e mesmo a valorização da homossexualidade e da transexualidade ou a liberdade sexual independente de gênero, foram substituídas pela heteronormatividade, pelo binarismo hierarquizado de gênero, pela valorização da castidade feminina, que passaria a ser imposta violentamente (ao mesmo tempo em que o estupro das mulheres não-brancas passava a se tornar uma das demonstrações prediletas de poder do homem branco), assim como pelo olhar pornográfico, que qualifica o acesso sexual como degradante, profanador, danoso e apropriante, noções absolutamente alienígenas à cultura ameríndia pré-colombiana.

Assim, as relações de gênero e as relações sexuais tradicionais dos povos pré-colombianos, menos hierarquizadas, menos alienadas e alienantes, mais complementares e mais fluidas, foram rapidamente sendo reconfiguradas segundo os padrões europeus.

Em termos políticos, isto é, em termos de “autoridade coletiva”, a mulher colonizada também foi vítima de grave desempoderamento. Também a noção de complementariedade do espaço público e privado foi destroçada. O espaço público converteu-se em esfera pública, sequestrando para si toda a dimensão política e colocando-se ideologicamente como universal, ao mesmo tempo que cerca e delimita o espaço privado, ao qual confinou as mulheres, destinadas, a partir de então, a um *locus* sempre privado, particular e marginal. Como vimos, esse processo pode ser descrito, em linhas gerais, em quatro etapas fundamentais: primeiramente, as divindades femininas são substituídas por divindades masculinas, depois, são destruídas as formas de governo tribal e as filosofias sobre as quais se instituem, em seguida, a população é expulsa de suas terras, privada dos meios de seu sustento, sendo forçada à recorrer às instituições sociais brancas para garantir sua sobrevivência, no seio das quais não há espaço para a ginocracia, eis que tais instituições requerem a dominação masculina, e, finalmente, a estrutura de clã, mais comunitária, baseada no politeísmo, na complementariedade dos gêneros e no ginocentrismo não-autoritário, é necessariamente substituída pela dominação masculina exercida no interior e por intermédio da família nuclear.

Por outro lado, a partir do momento em que o ginocentrismo não-autoritário é substituído pela dominação masculina, ocorre não só uma hiperinflação do papel masculino no interior dos grupos indígenas, já que a partir daí é o homem – concebido como ente hierarquicamente superior à mulher, já que a noção de complementariedade foi destroçada - que monopoliza a esfera política, negociando e guerreando com o homem branco, mas também uma emasculação do homem indígena face ao homem branco, com cujo poder não pode concorrer, levando o homem indígena a aderir a uma postura hiperviolenta no ambiente intra-comunitário como forma de resgatar e reconstruir sua masculinidade, posta em risco pelo poder do homem branco.

Relativamente à esfera laboral, a intrusão europeia também provocou sérios rearranjos. Como a intenção era produzir excedentes em um ritmo e intensidade

nunca antes vistos, para alimentar o emergente mercado mundial, enriquecendo os colonizadores, em detrimento dos colonizados, a exploração aqui praticada foi igualmente sem precedentes. Mais uma vez, as mulheres negras e indígenas foram gravemente afetadas. A construção da mulher passiva, incapaz e frágil, duramente criticada pelo feminismo de segunda onda, nunca foi destinada à mulher negra ou indígena, pelo contrário, as mulheres não-brancas frequentemente eram levadas ao esgotamento, à estafa e à morte no trabalho escravo, na servidão, na *mita*, na *encomienda*. Construídas como pervertidas, lascivas, agressivas e fortes, as mulheres não-brancas se situam sob a funesta articulação das duas ficções que permitiram o mais intenso ciclo de exploração da história: “gênero” e “raça”. Até hoje a articulação dessas ficções se reproduz e permite a manutenção das relações coloniais de poder, às expensas, principalmente dessas mulheres.

No que se refere à rearticulação, pela intrusão europeia, da subjetividade e intersubjetividade – o quarto principal âmbito da vida humana, nos dizeres de Quijano -, é justamente aí que emerge, em termos ideológicos, a noção eurocentrada e burguesa de indivíduo, na América Latina. O indivíduo, o sujeito político por excelência da Modernidade, é necessariamente homem. Eis aí um consenso entre todos os teóricos políticos iluministas. Assim, enquanto supostamente o homem seria o sujeito do contrato social, a mulher estaria submetida ao contrato sexual. Desse modo, foi possível à Modernidade reacomodar o patriarcado em seu interior, apesar de suas promessas de liberdade, igualdade e justiça.

Sendo assim, a imposição da ficção de “gênero” – estanque, hierarquizada, heteronormativa, cisnormativa, hiperbiologizada e patriarcal -, articulada à ficção de “raça”, foi central para o estabelecimento das relações de dominação dos povos indígenas latino-americanos e dos negros e das negras para cá trazidos, pelos conquistadores europeus, eis que penetrou os quatro âmbitos centrais da existência humana: estabeleceu-se a colonialidade do poder, como padrão indissociável da Modernidade, do capitalismo e do patriarcado.

Se voltarmos, no entanto, ao apontamento de Engels de que o Estado deriva-se da consolidação da família nuclear heteronormativa e patriarcal, bem como com a necessidade de garantir a acumulação de bens, veremos que esse arranjo é demasiado estreito para contemplar todas as faces da colonialidade de gênero e do

papel estatal nessa colonialidade: aquilo que passei a denominar ao longo desse trabalho de colonialidade da patriarcalidade estatal.

Como o arranjo de Engels, assim como os arranjos teóricos dos feminismos hegemônicos que se debruçaram sobre as relações Estado/patriarcado, não consegue conceber a colonialidade do poder, isto é, relações de dominação, exploração e conflito entre os diferentes atores sociais que disputam o controle de quatro âmbitos básicos da existência humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos (QUIJANO, 2002), como um padrão global de poder, nem conseguem enxergar o papel dessa colonialidade no surgimento e consolidação do Capital e da Modernidade, esses arranjos falham em compreender por que os avanços parciais vivenciados pelas mulheres do Norte não podem ser universalizados para as mulheres do Sul.

Esses arranjos não podem oferecer qualquer explicação para o fato de que, de acordo com o relatório *Gender Inequality Index*, da ONU, dezoito dos vinte países menos desiguais do mundo, em termos de gênero, situam-se no hemisfério norte, ou por que a divisão entre os países que criminalizam o aborto e os que não o criminalizam coincide assustadoramente com a linha do Equador, ou porque a maioria dos países que criminalizam a homossexualidade se situam na África, Oriente e Ásia, mas nenhum deles se situa na América do Norte ou Europa.

De igual maneira, se procurarmos uma explicação para esses fenômenos no interior da teoria feminista hegemônica, notadamente ao longo da primeira e da segunda onda, veremos que a colonialidade de poder e de gênero são significantes ausentes, que não integram as variáveis através das quais o feminismo tem tentado equacionar e explicar a patriarcalidade e a relação patriarcado/Estado.

O feminismo historicamente construiu a categoria “mulher” como um bloco monolítico impermeável às outras formas de opressão e exploração, passando ao largo da visão interseccional necessária para compreender de que maneira Capital, patriarcado e colonialidade, assim como racismo, heteronorma e cisnorma articulam-se para reproduzir a sociedade atual. Enquanto a interseccionalidade busca por em relevo o caráter cumulativo das relações de exploração compreendendo que diferentes mulheres – negras, brancas, indígenas, chicanas, asiáticas, muçulmanas, lésbicas, bissexuais, heterossexuais, cissexuais, transexuais, latino-americanas, africanas ou europeias, burguesas, proletárias – são diferentemente afetadas pelo



patriarcado e pelas demais relações de poder a ele umbilicalmente ligadas – tais como o capitalismo, a colonialidade, a heteronorma, a cisnorma, o racismo, entre outros –; o pensamento categorial – o qual dominou a teoria feminista pelo menos durante a primeira e segunda ondas – promove um apagamento das diferenças no interior da categoria destacada. Sendo assim, a categoria “mulher” assinala necessariamente as mulheres brancas, heterossexuais, cissexuais, burguesas e europeias; a categoria “negro” assinala apenas os homens negros, heterossexuais e cissexuais; a categoria “lésbica” assinala as lésbicas brancas, cissexuais, burguesas e europeias e assim por diante.

Pensar as relações de gênero isoladamente das demais relações de poder e a partir de um epistema hegemônico em termos de raça, colonialidade, classe, orientação sexual e identidade de gênero alijou o feminismo da capacidade de fazer leituras adequadas da realidade, de traçar táticas e estratégias, de detalhar sua ação política e de criar alianças, diálogos e pontes.

Quando o feminismo de primeira onda pleiteou direitos políticos e a derrogação de desigualdades formais, ele, na verdade, pleiteava direitos políticos de mulheres brancas e a derrogação das desigualdades formais apenas em seu favor, ao mesmo tempo que tratava de escorraçar as mulheres negras dos clubes sufragistas. Ocorre que, nos Estados Unidos, principal foco do movimento sufragista, se as mulheres pudessem votar, o número de votantes brancos superaria o de votantes negros, considerando que os analfabetos eram impedidos de votar e a maior parte dos analfabetos eram negros. A aliança de raça obedecia, portanto, a uma matemática simples.

Da mesma forma, quando o feminismo de segunda onda questionou os papéis de gênero e criticou a construção social da mulher como frágil, débil, incapaz, deixou de dar-se conta que esses papéis e essa construção eram profundamente racializados: a mulher negra ou indígena jamais foi tida como frágil ou casta, mas sim submetidas a um violento processo de hipersexualização e a um ciclo de exploração do trabalho insuportável.

Sendo assim, o pensamento categorial do feminismo hegemônico impediu-o de romper com a lógica colonial, eurocentrada, racista, burguesa, hétero e cisnormativa da Modernidade, impedindo-o, por conseguinte, de colocar-se como uma alternativa política realmente emancipatória. A proposta do feminismo hegemônico de

universalização dos direitos – humanos, sexuais, reprodutivos, sociais, trabalhistas – das mulheres europeias, incapaz de situar a origem do “déficit civilizatório” do capitalismo periférico na colonialidade mesma, promete às mulheres subalternas que a Modernidade lhes dará com uma das mãos aquilo que lhes tira com a outra, como se a via da “modernização reflexa” , da “atualização histórica” e da “industrialização recolonizadora” – termos que tomo emprestados de Darcy Ribeiro (1978) – fosse realmente emancipadora. Portanto, ao pretender discutir as questões de gênero, tentando mapear as relações Estado/patriarcado e suas origens, sem equacionar a colonialidade como uma das variáveis das mais importantes para compreender a função da patriarcalidade estatal, o feminismo hegemônico se mostra míope ao fato de que à retórica da Modernidade corresponde a lógica da colonialidade, já que uma e outra são indissociáveis desde sua gênese.

Em contrapartida, apresentamos, ao longo do presente trabalho, não apenas essa crítica, mas os esboços de uma alternativa possível, sintetizada através da máxima: não há despatriarcalização sem descolonização. Em outras palavras, procuramos demonstrar como é necessário empreender um duplo esforço: não só o de despatriarcalizar o Estado e a sociedade, mas o de descolonizar ambos e a teoria feminista mesmo. Só então, a partir dessas balizas será possível mapear os nichos de patriarcalidade estatal e dismantelá-los.

Esses nichos, aliás, são muitos: a negligência no enfrentamento da violência de gênero, da cultura do estupro, da homo/lesbo/transfobia, a criminalização do aborto, a sub-representação política feminina - que redunde na aprovação sistemática de leis eivadas do ponto de vista masculino, insensíveis às necessidades das mulheres -, a tributação de produtos indispensáveis à higiene feminina com as mesmas alíquotas aplicáveis a supérfluos, apenas para citar alguns exemplos.

Desse modo, num segundo momento – o segundo capítulo da presente monografia, para ser mais exata – escolhemos duas das inúmeras expressões da patriarcalidade estatal para dissecar e demonstrar suas funções, origens e consequências: a criminalização do aborto e a sub-representação feminina no Legislativo.

Relativamente ao aborto, pudemos verificar que sua criminalização quase nunca é integral – quase sempre há hipóteses excludentes de punibilidade, a exemplo do Brasil, que permite o aborto em caso de risco para a vida da mãe, caso

a gravidez seja fruto de estupro ou caso o feto seja anencefálico – e que ela obedece a uma cartografia da colonialidade, em que os países colonizadores não punem a conduta e os colonizados a criminalizam. Essas duas constatações permitiram-nos concluir que: a) a criminalização do aborto não tutela a suposta vida intra-uterina, mas sim o corpo da mulher, já que o estudo das legislações dos mais diversos países que criminalizam a conduta nos permite diagnosticar os mais variados motivos em que o aborto é, de direito, feito, o que nos aponta que, ao criminalizar o abortamento, o Estado não pretende impedi-lo – não só de fato, mas também de direito -, mas sim regulamentá-lo, tomando para si, em detrimento da mulher, o direito de decidir quais os motivos legítimos para a realização da prática abortiva, e b) o fator preponderante para definir se um Estado vai se arrogar ou não esse direito deriva diretamente de uma relação colonial de poder, mostrando que há um interesse colonial em tutelar o corpo das mulheres colonizadas e subalternas.

Em outras palavras, há uma colonialidade da patriarcalidade estatal e a relação simbiótica entre o poder estatal e a hegemonia masculina cumpre funções não só na manutenção do patriarcado, mas de todo o padrão colonial de poder.

De outro norte, no que diz respeito à sub-representação política feminina, pudemos verificar que tal fenômeno é, não apenas uma expressão da patriarcalidade estatal, mas também um de seus principais vetores de reprodução. Os pressupostos patriarcais que embasam a exclusão da mulher do espaço público/político dizem respeito ao processo de colonização e à internalização do modelo político liberal/Moderno/eurocentrado e profundamente patriarcal. A persistência dessa dicotomia hierarquizada certamente aponta para a manutenção de relações coloniais de poder e para a hegemonia do modelo político e cognitivo imposto através do violento processo de intrusão europeia. Assim, promover um profundo processo de reforma política, que debata profundamente esses aspectos, não é apenas uma questão de reparação histórica e justiça de gênero, mas de rompimento com estruturas coloniais de poder e organização.

Do mesmo modo, a descriminalização do aborto se afigura urgente não só por ser uma questão de saúde pública e autonomia feminina, mas também por se afigurar com uma ruptura com o padrão colonial de poder, que incide diretamente sobre o corpo feminino subalternizado, principalmente negro e indígena.

Propor tais medidas não significa assumir uma postura ingênua em relação ao Estado, crendo na sua suposta capacidade de universalizar direitos e ignorando a lógica da colonialidade por detrás de sua retórica da Modernidade. Propor tais medidas consubstancia-se em uma atitude pragmática em relação ao aparato estatal, que reconhece que o ciclo econômico atual, o qual atinge os limites das contradições do modo de produção capitalista, impõe uma lógica de cercamentos e arrochos aos grupos subalternizados, de tal modo que a melhor opção que lhes resta é resistir ao capitalismo total, encarnado pelo neoliberalismo e por um éthos cada vez mais reacionário e facista.

## BIBLIOGRAFIA

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira – quem vota? Quem se candidadata?**. Cadernos Pagu (43), julho-dezembro de 2014:119-167.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Difusão Europeia do Livro. 4. ed. 1949.

CAPUTI, Jane e RUSSEL, Diana E. H.. **Femicide**: Speaking the Unspeakable Publicado inicialmente em Ms. Magazine. Setembro/Outubro 1990 e disponível online in <http://www.unc.edu/~kleinman/handouts/Femicide.pdf>, visualizado em 2 de outubro de 2014, 17h23.

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: O Direito e o Pensamento Decolonial**, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

GALINDO, Maria. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar**. La Paz, 2013.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. 2008.

MACKINNON, Catherine A.. **Toward a feminist theory of the state**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

MARTÍN, Rocío Medina. **Feminismos periféricos, feminismos outros: uma genealogia feminista descolonial por reivindicar**. 2013.

MATOS, Marlise. **Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro**. Cadernos pagu (43), julho-dezembro de 2014:57-118.

PRÁ, Jussara Reis. **Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo**. cadernos pagu (43), julho-dezembro de 2014:169-196.

QUIJANO, Aníbal. 2002. **Colonialidad de poder, globalización y democracia**. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nouvo León, Año 4, Números 7 y 8, Septiembre-Abril.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: Estruturas de poder e forças insurgentes**. Editora Vozes. Petrópolis, 1978.

SCOTT, JOAN. **Gênero, uma categoria útil para análise histórica**. 1989.

SEGATO, Rita Laura. **Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea**. História Revista, 10 (2): 195-226, jul./dez. 2005.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**, e-cadernos ces [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 décembre 2012, consultado o 25 septembre 2014. URL : <http://eces.revues.org/1533> ; DOI : 10.4000/eces.1533

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Can the subaltern speak?**. Marxism and the Interpretation of Culture. London: Macmillan, 1988.

United Nations Development Programme (UNDP) Staff. **Empoderando As Mulheres para Fortalecer Os Partidos Políticos**: Um Guia para Promover a Participação Política das Mulheres – Parte B: estudos de caso. Gender Team, 2013.

VELASCO, Mercedes Jabardo. **Feminismos Negros, una antologia**, ed. Traficantes de sueños, 2012.